

EM BUSCA DO PASSADO

O professor John Henrik Clarke, historiador, numa de suas muitas conferências sobre o papel da raça negra na história humana, informa sobre os primeiros passos, no distante início do século vinte: “Então escolhi o Harlem como laboratório se minhas pesquisas, onde buscava a história verdadeira de meu povo. Não conseguia suportar mais as mentiras contidas na História Geral. Assim que alinhei algumas estratégias que haveriam de permitir-me uma atuação de ativista negro e desenvolver meu trabalho intelectual. Comecei a aplainar caminhos que levariam ao que vislumbrava como uma árdua marcha”. Nascido em 1915, e vivo ainda no fim do século vinte, esse professor gastou rios de tinta, escrevendo histórias que tinham por objetivo contestar a posição seguinte: “Quando os europeus despontaram nos séculos quinze e dezesseis, pela segunda vez, eles não apenas colonizaram a maior parte do planeta, senão que colonizaram informações a respeito dessa. Colonizaram imagens, inclusive a de Deus, e desta forma colocaram os negros numa armadilha: somos o único povo que reverencia um Deus, que não é à sua imagem e semelhança”.

Criador de mais de duzentos contos, o professor Clarke guarda com carinho aquele que intitulou “*O menino que pintou Jesus negro*”. E recordava com o mesmo sentimento o instante que o inspirou, numa aula de História proferida em Atlanta, capital da Geórgia, estado em que nasceu. Um obstinado estudante, com cara de menino, o induzira a elaborar a historieta que tanto prezava. Depois daquela aula, um folhetim circulou na universidade e espalhou-se pelo país afora:

“ Antropologista, arqueólogo, renomado intelectual, o Dr. Albert Churchward teoriza que os mais antigos membros da espécie humana despontaram há cerca de dois milhões de anos na região dos lagos da África Central. Esses espécimes antigos num dado momento se espalharam por todo o continente africano. Outras autoridades que atuam no mesmo campo que Churchward concordam com sua teoria, inclusive o Dr. L. S. B. Leakey. Em 1963, Leakey encontrou fósseis humanos na África do leste, com idade igual a mil e duzentos anos.

“ A ancestralidade africana da raça humana é hoje aceita como um fato. Estudos indicam que a migração do homem ancestral teve origem na África, e chegou a Europa vinda do centro e leste africanos cerca de duzentos mil anos atrás.

“Estudos indicam também que, por necessidade genética, os seres humanos eram etnicamente homogêneos, todos negróides. Vivendo em torno aos trópicos, nos lagos centrais, os seres de então desenvolveram um mecanismo em seu organismo que exacerbava a secreção de pigmentos escuros (melanina). Assim, na medida em que seres foram saindo dos trópicos, seus organismos passaram a produzir diferentes níveis de pigmentos, criando as raças como são definidas atualmente.

“Os fósseis mais antigos foram recolhidos nos desfiladeiros de Olduval, no Quênia, em Uganda e na Tanzânia. Eram homens de estatura baixa, que adoravam ao deus Bes, e nas terras que viriam a ser o Egito, estabeleceram as primeiras dinastias”.

A aula contemplou o interesse específico de uns poucos alunos; o folheto todavia se espalhou, através da impressão e reimpressão em mimeógrafos rodou pelas escolas e faculdades negras.

Despertou sobremodo o interesse de um professor de história: William Leo Hansberry, da Universidade Howard⁸, em Washington, capital do EUA. Em companhia do artista plástico E. Harper Johnson desenvolveu o trabalho que intitulou “O Passado de Ouro da África”, e ganhou em cinco capítulos, espaço na revista *Ebony*⁹, atingindo milhões de afro-americanos, leitores da revista, que se deleitaram com o material pictórico de alta

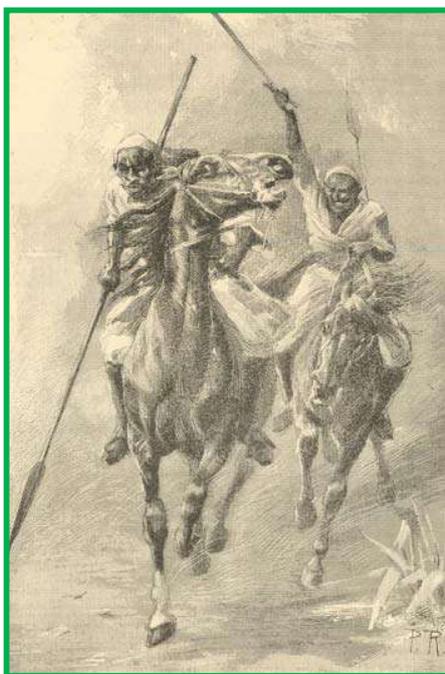
⁸ - Obras de William Leo Hansberry: 1 - *Africa and Africans as seen by classical writers* (Africa e africanos como vêem escritores clássicos): Editora: Howard University Press, 1977-81.

2 - *Africana at Nsukka: inaugural address delivered at the Hansberry College of African Studies, Nsukka, Eastern Nigeria* (Africana em Nsukka: aula inaugural na Faculdade Hansberry, em 22 de setembro de 1963. Editora: Howard University, 1972.

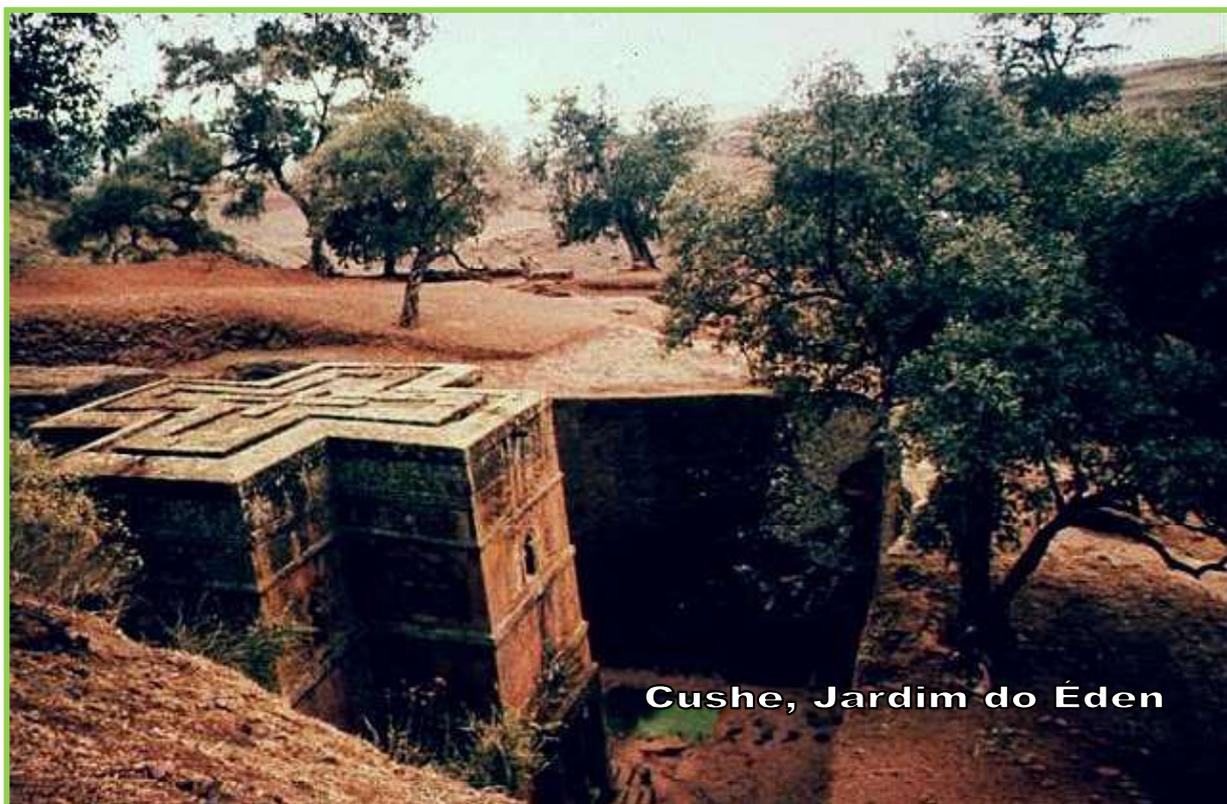
3 - *Pillars in Ethiopian History* (Sustentáculos na História Etíope) Editora: Howard University Press, 1974.

⁹ - Revista mensal ilustrada, fundada em 1945, por John H. Johnson, tendo como alvo a comunidade afro-americana.

categoria, bem como com o texto em tom épico e com um olho voltado para a religiosidade dos leitores batistas, evangélicos, enfim, cristãos. O trabalho conjunto, que viria a ser um livro esgotou-se com a morte de Hansberry. O material, com a pesquisa crescente nas universidades negras fragmentou-se e serviu de base para inúmeros outros trabalhos que foram mais específicos, profundos e amplos. A experiência de Hansberry, no projeto do livro que seria *"Imemorial África"*, jamais foi terminado. Transformou-se em material de panfleto, ganhou o domínio do público interessado, circulando nas escolas, universidades, igrejas e clubes. Nos dias de hoje está na Internet. Ficou assim:



I - A VIDA PODE TER SURGIDO EM CUSHE¹⁰



“Ficava onde o Jardim do Éden?

Quando e onde o homem e, enfim, as coisas vivas despontaram na face da Terra pela primeira vez?

Quem ergueu a primeira civilização?

Qual o papel que os homens e as mulheres negros desempenharam no drama humano que então se iniciava?

Poetas, profetas, filósofos e construtores de mitos, na maioria dos povos, conseguiram responder a algumas dessas perguntas, satisfazendo, muitas vezes, no

¹⁰ - **Cushe**, também **Kush**: **1.** Antiga região do noroeste da África onde os descendentes bíblicos de Cush se estabeleceram. É geralmente identificada com a Etiópia (Isaias 11:11). **2.** Antigo reino da Núbia no norte do Sudão. Floresceu entre os século 11 antes de Cristo até o 4º século depois de Cristo, quando sua capital foi dominada pelos etíopes.

mínimo, sua própria curiosidade, ou a dos grupos tribais, ou nacionais aos quais ensinaram. Para os atenienses, os primeiros homens teriam surgido no solo ático, como plantas em um jardim. Os antigos hebreus e seus descendentes espirituais formaram a tradição segundo a qual Adão teria sido o primeiro homem, moldado com o barro do Jardim do Éden, seis dias após a criação do mundo.

Embora seus conceitos não sejam tão conhecidos no Ocidente quanto os das nações grega ou hebraica — os africanos de antigamente não foram silentes a esse respeito. O poeta Píndaro afirmava que os antigos líbios cultuavam a versão de que Jarbas, o primeiro dos homens, surgiu no coração da Líbia, e foi alimentado com frutos do carvalho. Egípcios, por sua vez, defendiam que seu país, o mais antigo dentre as nações, vira os deuses moldarem o primeiro de todos os seres humanos, com mãos empapadas de barro, umedecido com as "santificadas águas do Nilo".

De muitas partes da África, como Etiópia, Tanganica, Quênia, Rodésia (Zibábue, hoje), Congo, Gana, Nigéria e Libéria — despontaram histórias, cada uma evocando como sua a origem da humanidade. Parece-nos, entretanto, ser a versão mais atraente, dentre estas, de apurar a origem e os primeiros ensaios dos homens e suas culturas, a dos gregos, difundida em primeiro lugar pelos cuchitas — melhor conhecidos na antiguidade como Aethiopians, e que viveram nas regiões assinaladas nos mapas modernos como Etiópia e Sudão.

Ao tempo em que o historiador grego Diodoro Siciliano visitou o Egito, durante o reinado de Ptolomeu Auletes — pai de Cleópatra, e conhecido flautista — teria encontrado, consultado e questionado "muitos padres, embaixadores e outros homens", dos reinos de Cuche, que visitavam o Egito em algum tipo de missão. Em seu magistral trabalho, Biblioteca Histórica, Diodoro registrou muitos tópicos que foram debatidos com clérigos e diplomatas negros dos reinos do sul. Ele diz-nos que os cuchitas não apenas eram de opinião que seu país fora o local de origem da raça humana e o berço da mais antiga civilização do mundo, mas, também, o Jardim do Éden, onde tudo surgiu.

Quando Diodoro disse aos cuchitas que os egípcios haviam reivindicado o mesmo para seu país, os etnocêntricos do sul insistiam que as afirmativas de seus vizinhos do norte colidiam com fatos geográficos e históricos. " No início — afirmavam os cuchitas — o Egito encontrava-se submerso sob o mar, onde permaneceu por várias eras, até que foi trazido das profundezas e transformado, primeiro num pântano, depois em terra seca, com a lama movimentada pelas enchentes anuais do Nilo".

Em oposição aos egípcios, asseveravam os homens de Cuche, que os primeiros habitantes daquele país haviam migrado de suas terras. Contavam que, em tempos imemoriais, após haver secado o vale do Nilo e tornando-se terra firme, um príncipe cuchita e sua esposa, ambos versados nas artes civilizadas, migraram, acompanhados por muitos de seus conterrâneos, para o Egito tendo ensinado aos povos atrasados ao norte coisas elementares da vida civilizada. Fora com esses colonizadores cuchitas que os primitivos egípcios " aprenderam como fazer estátuas, escrever, dar a seus mortos um funeral adequado, imortalizar seus reis, tornando-os deuses, bem como outras valiosas práticas que foram ali estabelecidas". Como expressão de sua gratidão ao príncipe e à princesa cuchitas por ensiná-los tão úteis, louváveis e variadas artes, os egípcios divinizaram o casal real, batizando-os como Osires e Isis, passando a adorá-los, bem como a seu filho Horus, transformando-os na mais venerável tríade divina do Egito.



A versão oferecida por Diodoro do conceito cuchita da origem da humanidade encontrou, apesar da acentuada etnocentricidade dos povos clássicos, uma excepcional e duradoura aceitação, particularmente nos círculos mais esclarecidos do mundo helenístico. Em verdade, muito antes de Diodoro, os cuchitas eram internacionalmente conhecidos por sua coragem nas armas, sua civilidade, humanitarismo e maneiras nobres, além de sua coragem nas armas. Homero os conheceu como um "povo imaculado". Para Heródoto, o Pai da História, bem como para escritores clássicos posteriores, eles foram os mais altos, bonitos e justos dos homens. Plínio, o Velho, reflete uma antiga tradição quando diz que a Etiópia



sudanesa ou o Reino de Cuche era um famoso e poderoso país em tempo que coincide com a Guerra de Tróia. Arentinus de Mileto e Quintus de Esmirna diziam não ter havido ninguém mais bravo e mais humanitário na defesa da Illium (Tróia), de Príamo, do que Memnon, príncipe da Etiópia e seus poderosos exércitos "formados pelos escuros filhos da Etiópia". Numa alusão à grandeza militar dos antigos cuchitas, encontra-se escrito no Livro de Isaias (18.2) "que eles eram homens de grande estatura... um povo terrível, desde tempos imemoriais..."

Se é verdade, como as citações anteriores indicam, que Cuche e Etiópia constituíram-se em palavras familiares à muitas terras fora da África, em tempos anteriores a Diodoro — este grande siciliano foi, sem dúvida, o primeiro a prestar atenção às reivindicações do povo etíope-cuchita de que fora, a tropical África, o berço das primeiras civilizações e, enfim, o local do Jardim de Éden. Tão abrangentes como eram tais reivindicações, elas mereceram o respeito, muitas vezes; noutras, imprópria interpretação, por parte de pesquisadores de todo o mundo, desde os tempos de Diodoro.

Na onda do renascimento do estudo dos clássicos, na Europa, no alvorecer dos tempos modernos, opiniões vetustas relativas à antiguidade da civilização de Cuche e das terras etíopes, bem como o débito do antigo Egito para com seus vizinhos do sul, encontraram novos e qualificados defensores. O mais famoso dentre estes, por certo, é o filósofo e historiador francês, François de Chasseboeuf, melhor conhecido como Conde de Volney, cujo livro "Ruínas dos Impérios" foi publicado em 1791. Na pátria dos cuchitas de Diodoro "um povo agora esquecido descobriu, enquanto os outros eram ainda bárbaros, os elementos das artes e das ciências. Lá, uma raça de homens, agora discriminada pela sociedade por sua pele escura e cabelos encarapinhados, lançou as bases do estudo das leis da natureza e dos sistemas civis e religiosos que regulam as culturas do homem em todo o planeta".

A importância e difusão do conceito expresso pelo Conde de Volney podem ser medidas pelo fato de, passado um século da assertiva, muitos historiadores valiam-se

ainda dos mesmos conceitos para expressar seus pontos de vista. Já em 1730, Charles Rollins, o erudito autor de “História Antiga”, atribuiu a membros da raça negra o estabelecimento das primitivas civilizações egípcias. Alguma décadas após, o naturalista e anatomista inglês, John Hunter e James Cowles Prichard, um dos fundadores da ciência da Antropologia, deixavam atônitos seus contemporâneos ao declarar que, por evidências históricas disponíveis, poderiam afirmar que a cor original da raça humana era a preta. É de Pichard a afirmativa segundo a qual todas as outras variantes de cor da espécie humana derivam de um único ancestral, que se transformou a partir de alterações físicas e em resposta a diferentes tipos de estímulos ambientais e culturais.

Em 1790, ano que antecedeu à publicação de “Ruínas dos Impérios”, James Bruce, renomado conhecedor, in loco, da África, publicou seu brilhante, embora em muito especulativo, trabalho sobre as condições geográficas e processos históricos que ensejaram o surgimento da civilização na região de Cuque, Etiópia e vizinhanças, ao invés de outras partes do mundo. Entre 1826 e 1828 Frederic Caillaud publicou sua admirável monografia, “*Voyage à Méroé*” (Viagem a Méroé), uma detalhada exposição de evidências arqueológicas que — juntamente com outros importantes materiais históricos — parecia indicar que os elementos básicos do Egito antigo derivaram, como diziam os cuchitas, da Núbia e sul da Etiópia.

Enquanto as conclusões de Caillaud ainda se encontravam frescas na mente do público, seu brilhante compatriota Jean François Champollion — o qual compartilhou com o inglês Thomas Young a honra de haver pioneiramente decifrado os mistérios dos hieróglifos — também desenvolveu um extensivo trabalho de campo, tanto no Egito como em partes da Núbia, cujos resultados enviou por carta a amigos e parentes na Europa. Afirmava, então, que os antigos egípcios eram, não de origem asiática, como defendiam alguns professores europeus, mas descendiam de um ancestral cujo lar era a Etiópia, o sul do Sudão e a Núbia. Durante o mesmo período, semelhantes pontos de vista foram externados pelos professores Arnold H. Heeren, da Universidade de Göttingen e George A. Hoskins, também erudito arqueólogo inglês.

As opiniões dos arqueólogos no que concerne ao débito dos egípcios para com seus vizinhos do sul representaram o pensamento dominante, ortodoxo e autoritário, desde os tempos de Diodoro até meados do século XIX. No ocaso desse século, entretanto, ocorreu uma série de fatos que terminaram praticamente em suprimir antigos e tradicionais conceitos.

Um desses desdobramentos foi a expansão da influência do conceito “*ex oriente lux*” — do Oriente (vem) a luz. Isto se deveu, em essência, ao resultado de descobertas ocorridas no próximo e médio Oriente, entre 1840 e 1910. Como resultado dessas descobertas e a estudos a elas relacionados, bem como a trabalhos desenvolvidos no Oriente Médio e no Oriente Próximo, vieram à luz premissas consideráveis que pareciam indicar, para alguns professores, ter sido a partir do Leste, no caminho de Suez, que os antigos egípcios e sua civilização migraram.

Outro fator, e talvez o de maior peso, foi a fantástica massa de desinformação que fizeram cair sobre a África, os africanos e seus descendentes, especialmente entre 1769 e 1865, por poderosos comerciantes de açúcar e algodão, além de traficantes cristãos (ao contrário dos muçulmanos) de escravos, que se opunham aos esforços dos humanitários e abolicionistas de tornar ilegal tanto o comércio quanto a escravidão de seres humanos. Para atingir esse fim os traficantes e proprietários de fazendas mantinham um intenso programa, que consistia em fazer o mundo crer ser melhor para os negros africanos sujeitarem-se à escravidão no Ocidente cristão do que viver entre canibais e adoradores do mal, em selvas de doenças e febre de seu ancestral continente. Qualquer evidência de superioridade por parte dos africanos era distorcida, ignorada ou suprimida. Embora os defensores do escravismo tenham falhado em conservar para sempre o sistema de que se alimentavam, tiveram sucesso no plantar na mente do público estereótipos tais como “*África selvagem*” e “*selvagem africano*”.

Um terceiro desdobramento ajudou bastante em agitar, por certo tempo ao menos, os antigos conceitos. Foi o trabalho de Karl Richard Lepsius, lingüista e arqueólogo alemão que desempenhou importante papel ao dar direção certa para o pensamento egiptólogo, especialmente entre os anos de 1842 e 1884. Baseado naquilo que ele acreditava ser

plausível e uma interpretação objetiva dos restos que foram por ele e seus colegas examinados, Lepsius recusou com ênfase o ponto-de-vista tradicional segundo o qual os elementos básicos das civilizações mais primitivas do Egito teriam derivado da Núbia e Etiópia. Os ditames de Lepsius não foram aceitos por todos os mestres europeus. Entre os professores que abraçaram as posições mais tradicionais estavam Reginald Stuart Pool, renomado egiptólogo inglês; Lance Fleury, notável historiador francês; Sir Edward B. Taylor, um dos fundadores da antropologia e R. Hartmann, eminente etnologista. Não obstante, durante a segunda metade do século XIX, as vozes que divergiam de Lepsius foram tornando-se cada vez mais raras.

Então, na virada do século, uma série de eventos e desdobramentos determinaram uma mudança no rumo dos eventos, pelo menos no meio século anterior. Em menos de uma década não apenas os antigos cuchitas e etíopes reconquistaram a atenção de mestres do Ocidente — reabrindo o debate sobre a origem africana da civilização egípcia e características raciais daqueles povos —, como os estudos a seu respeito adquiriram eficácia praticamente inalcançada por qualquer iniciativa anterior.

Como resultado de trabalho pioneiro de homens como Giuseppe Seigi, E. W. Budge, David Randall-Maclver e J. Arthur Thomson, e recentes descobertas arqueológicas na África dão cada vez mais suporte à crença de que a Núbia e a Etiópia se constituíram em berço das civilizações mais antigas do planeta e, também, das primeiras civilizações egípcias.

Novas luzes iluminaram outro problema intrigante: a identidade racial dos antigos egípcios. Egiptólogos, antropólogos e outros estudiosos defrontaram-se com esse problema desde Heródoto, que classificou os egípcios — os quais contemplou com seus próprios olhos — como um povo de pele negra. Em tempos mais recentes bom número de cientistas, especialmente David Randall-Maclver e J. Arthur Thomson tentaram resolver o antigo problema a partir de um sistemático exame de remotos despojos de egípcios. O estudo de Randall-Maclver e um recente trabalho de Frederic Falkenburger parecem indicar que os egípcios formavam um grupo misto, composto de negróides, não-negróides e um grupo intermediário que era representado, na sua maioria, de sangues misturados.

No estudo de Falkenburger é afirmado que os negróides encontravam-se representados expressivamente no período pré-dinástico. Numa fase desse período, de acordo com aquele estudo, o elemento negróide somava quarenta e dois por cento. No reino antigo, todavia, o grupo negróide apresenta um declínio substancial, embora que os grupos de sangue misto totalizavam trinta por cento. Durante o período do Reino Intermediário o elemento negróide aparece excepcionalmente forte, subindo para quarenta por cento nas XI, XII e XIII dinastias. Declina, novamente, no período da XVIII dinastia do império novo, mas aumenta, outra vez, próximo ao fim desse período, especialmente na XX dinastia, momento em que os negróides e aqueles de sangue misto representavam quarenta por cento do total da população.

Pondo-se à parte identidade e origem racial, fortes evidências indicam que os povos negróides ou assemelhados tiveram importante papel no desenvolvimento das civilizações do vale do Nilo. Existem, a mais, extensivas indicações de prolongado e íntimo contato entre os egípcios e seus vizinhos ao sul.

Nada indica mais claramente do que os eventos que envolveram a libertação dos egípcios da opressão dos hicsos (invasores asiáticos) e os fundadores da famosa XVIII dinastia que conduziu o poder egípcio a um novo patamar.

Manetho, citado por Flavio Josephus, diz, com efeito, que quando os hicsos invadiram o Egito os membros da família real fugiram para Cuche, onde viveram, como hóspedes, sob a tutela dos cuchitas por muitos anos. Em tais circunstâncias, é razoável supor-se, estreitou laços de amizade e ensejou, mesmo, a realização de casamentos entre membros das duas famílias reais. Isto explica, pelo menos em parte, porque muitos dos governantes posteriores à XVIII dinastia apresentavam semelhança com os cuchitas. Kames, por exemplo, que liderou a expulsão dos hicsos do Egito, carregava em suas veias o sangue cuchita. Alguns anos atrás, no Egito, uma estátua foi descoberta portando o nome desse príncipe e exibindo traços faciais que podem ser descritos como marcadamente da raça de Cuche. O relacionamento familiar de Kame com os cuchitas pode explicar a razão pela qual o fardo maior da guerra contra os hicsos foi suportada por "homens de Mazoi", ou seja, tropas vindas do longínquo sul.

Kames foi sucedido no trono por Amés que era ou seu irmão ou seu filho. O príncipe prosseguiu a guerra contra os hicsos e, no 5º ano do seu reino, graças ao apoio de tropas especiais dos cuchitas, os invasores foram forçados a deixar o Egito, livrando a terra ancestral de duzentos anos de domínio estrangeiro. Esse evento, que ocorreu em torno a 1580 a. C., demarcou o estabelecimento da XVIII dinastia, que foi, na opinião da maioria dos egiptólogos, uma das maiores, senão a mais destacada das famílias reais que assomaram ao trono em qualquer tempo.

Sob o comando de Amés e de seus doze sucessores, até 1317 a.C. num período de aproximadamente 270 anos, o poderio militar egípcio e sua influência política, bem como as conquistas culturais chegaram ao ápice, ponto culminante não alcançado, também, após. Em adição a registros escritos e monumental herança narrando seu mundo real, múmias, estátuas e outras formas de representação pictórica de reis, rainhas e princesas dessas dinastias, foram preservadas até nossos dias, ensejando que, na história da humanidade, nenhuma família real tenha sido objeto de tão largo interesse. Diante da força de tão maciça evidência, tudo indica que na veia da maioria desses reis e seus parentes encontrava-se significativa quantidade de sangue etíope.

Num comentário sobre essa evidência, Sir Flinders Petrie asseverou que as características cuchitas em tantos membros da XVIII dinastia podem ser ligadas ao fato de muitos ancestrais "haverem tido seu sangue misturado com o dos nativos" da Núbia durante o período de dominação dos hicsos. Embora que " aqueles que deitaram as raízes da XVIII dinastia" fossem descendentes de antigas gerações de portadores de sangue misto, a linha real, pensava Sir Flinders e outros mestres, mereceu, também, miscigenação a partir de casamentos entre as famílias reais das duas terras.

Foi objeto de suposição por considerável número de egiptólogos o fato de uma das primeiras e mais admiradas uniões teria ocorrido antes de haverem os egípcios conseguido livrarem-se da dominação dos hicsos: Nefertari, a rainha e esposa sênior de Amés, o libertador do Egito e fundador da XVIII dinastia, seria filha de um rei cuchita.

Antigas opiniões a garantir que Nefertari era uma princesa etíope baseavam-se, principalmente, no fato de as representações pictóricas da rainha a apresentavam como

uma mulher de pele escura, e que ostentava inquestionáveis traços negróides. Na tumba de Deir el-Medineh, bem como nos muros das ruínas de Nibnutiru, Unnofire Sheikh Abd el-Qurnah ela é representada com pele escura. Uma estátua no museu de Turim a retrata não apenas de pele escura, mas também com uma boca mais ampla, lábios grossos, um nariz achatado e uma face em geral mais para o tipo prógnato. Num busto gravado em alto relevo sobre seu esquife descoberto em Deir-Bahari ela é retratada da mesma forma. E, na tumba de Kasa, todavia, está em cor azul, ao invés de preta. A maioria dos antigos egíptólogos tendiam a acreditar que ela era comumente retratada em preto por ser, em verdade, negra, e, seguramente, da raça etíope.

Dentre as primeiras autoridades que aceitaram esse ponto de vista situam-se Sir John Gardner Wilkinson, eminente pioneiro em estudos do Nilo, e o professor George Rawlinson, de História Antiga da Universidade de Oxford. Rawlinson e Wilkinson, num trabalho comum a respeito da cor da pele de Nefertari e de sua importância na corte egípcia, chamaram a atenção para o fato de Amenhotep I, seu filho e sucessor do marido, ser "freqüentemente retratado com uma rainha negra, Amés-Nofriare (ou seja, Nefertare Ahmes)" que parece ter sido a esposa de Ames e uma de suas mulheres sagradas... de Tebas". Esses dois autores observam, a mais, "ter havido uma outra rainha, chamada Aahatop, branca, e um egípcio que é representado como o negro Ames-Nofri-Are nos mesmos monumentos em Tebas e no Museu Britânico, mas numa posição inferior, o que é facilmente explicado pela destacada importância da princesa etíope (ou seja, Cuchita)". Deve ser assinalado, de passagem, que a "branca" a quem os autores se referem foi representada, como de regra ocorria com mulheres egípcias, num tom amarelo, enquanto que Amenofis, como os homens na maioria das pinturas, fora retratado num tom mistura de marrom com vermelho.

Com relação à cor da pele da rainha, causadora de muita especulação, o Dr. Grafton Elliot Smith, num relatório sobre as múmias declara: "a pele é escura, como na maioria das múmias daquele período". Tem-se a impressão de que seus dentes eram graúdos e saudáveis, seu nariz pequeno e chato, sua boca grande, com lábios grossos, suas mandíbulas, particularmente a superior, tendia para o tipo prógnato. Essa combinação

de características físicas é geralmente usada por antropologistas para indicar a presença de sangue negro. Somando-se, pois, a isto, o fato de as múmias terem a pele escura, a definição de Samuel Birch é correta, ao asseverar que "Nefertari era negra".

As características físicas observadas nas múmias da rainha Nefertari mais se assemelhavam às múmias de vários membros femininos contemporâneos da família real, incluída Anhaton, uma rainha menor, esposa do marido Amés, de Nefertari; e à princesa Hentoneu, filha de Amés com outra esposa menor, mãe todavia da famosa Hatsépsu.

Das características físicas dos dois homens — seu marido Amés e seu filho Amenofis I — de quem Nefertari era mais próxima, existem pequenas particularidades que podem ser afirmadas com segurança. Informações baseadas em observações da múmia de Amés são escassas, mas pode ser inferido a partir dos mais óbvios traços de seus dois predecessores — Kames, seu pai ou irmão e Sequenjenrê III, seu avô ou irmão — que o rei era da mesma forma bem dotado de sangue cuchita.

A mesma observação parece aplicar-se a Amenofis III, sua esposa sênior, rainha Tyi e seu filho único o famoso Akhnaten, que articulou a mais antiga expressão conhecida do monoteísmo. Outro famoso governante egípcio, que caía na aparência geral, era a rainha Hatsépsu, a 5ª rainha da XVIII dinastia. Aqueles que não são familiares à vida e história dessa grande rainha haverão de se surpreender ao saber que dois oficiais da corte, principais responsáveis por grandes feitos do reino, eram ou de sangue puro etíope ou homens que portavam expressiva percentagem de sangue etíope. Existe, ou existiu, no Museu do Cairo uma estátua de um homem de lábios grossos, nariz chato e, de certa forma, prógnato, chamado Sanmut o qual foi não apenas primeiro-ministro de Hatsépsu, chefe dos camareiros e mais íntimo conselheiro, mas, especialmente, renomado arquiteto, responsável pela construção da tumba e de seu grande templo em Deir el-Bahri. Em se tratando, como parece, de uma estátua retratando o modelo, ninguém duvidará que o grande mestre era um cuchita ou um etíope.

Indício da grande consideração que a Sunmut era dispensada é revelado em duas inscrições, a primeira das quais diz ser "aquele que ouvia o que era para ser ouvido, sozinho, no Conselho Privado; que era o favorito do soberano, aquele que ingressara no

palácio com amor e progrediu fazendo feliz, diariamente, o coração do supremo". Na segunda ele é descrito como sendo "o maior dentre os maiores em toda a terra, o superior dentre os superiores, o chefe dos chefes em todos os departamentos".

Secundando apenas, assim parece, a Sanmut em poder e influência na corte de Hatsépsu havia um homem que deve ter sido um colega próximo do renomado arquiteto. Numa inscrição oficial no Templo de Deir el-Bahri, ele é chamado de "Tesoureiro Chefe", "Príncipe Chanceler" e "Melhor Amigo"; e o que parece ter sido seu nome é registrado como Nehesi — traduzido como Negro pela maioria dos modernos egiptólogos. Naville, comentando o nome do grande dignitário observa que "não é impossível que ele haja sido realmente negro..."

A alta consideração em que era mantido na corte o príncipe chanceler e melhor amigo é assinalada pelo fato de que ele era escolhido por Hatsépsu — sem dúvida com a aprovação de seu amigo Sanmut —, como o almirante-em-chefe da famosa expedição naval enviada à Terra de Punt, via mar Vermelho.

Existe, ainda, um considerável número de evidências que tornam quase uma certeza que a rainha Hatsépsu não era nem loura nem morena, mas ou marrom escuro ou preta. Essa suposição se baseia no que parece ter sido a cor da pele de muitos parentes seus, de quem múmias foram encontradas.

Elliott Smith diz, como se viu, da bisavó Nefertari que "a pele é escura como a maioria das múmias daquele período". A múmia do filho de Nefertari, Amenofis I, que foi a avó paterna de Hatsépsu, nunca teve as ataduras removidas, daí porque a cor de sua pele permanece desconhecida. Dr. Smith não fixa, especificamente, a cor da múmia do pai de Hatsépsu, Tutmés I, mas como se vê em ilustrações publicadas, parece ter sido marrom ou preta; e, seus traços faciais indicam raça negra ou etíope. O mesmo ocorre com seu marido e meio-irmão Tutmés II. Mas a múmia de sua mãe, princesa Hentamehu. Maspero Escreve: "A múmia era negra". Outro parente chamado Tutmés III — considerado 'Alexandre, o Grande' do Egito antigo", que era, ou sobrinho de Hatsépsu, ou, mais plausivelmente, outro meio-irmão — sem dúvida podia ser descrito como negro.

Uma vez que as múmias de tantos parentes de Hatsépsu mostraram ser todos com pele de tons marrons ou preta, pode-se concluir que, se algum dia forem removidos as ataduras da grande rainha, ele mostrar-se-á ou marrom ou negra. Em outras palavras, a totalidade das evidências torna claro que a rainha Hatsépsu e muitos de seus ancestrais, contemporâneos ou descendentes, eram indivíduos de sangue misto e que suas raízes ancestrais estavam na terra dos negros cuchitas no Sul”.

II



A visita dos Reis Magos ao infante Jesus, em Belém, com exceção, talvez, da crucificação, é o evento mais conhecido em toda a literatura e arte cristãs. Mas, apesar da importância do evento, a única e específica referência ocorre numa breve e obscura passagem, preservada no segundo capítulo, do Livro de Mateus. Todavia, em lugar algum do livro se pode encontrar o nome dos três sábios, bem como os países de onde teriam vindo.

Existe, porém, considerável acervo de literatura tradicional cristã, datada da Idade Média, onde os Reis Magos são, não apenas citados, mas têm seu papel no episódio da natividade discutido extensamente. Os detalhes dos registros podem variar de acordo com a tradição onde se originam, mas há certa unanimidade na afirmativa de que os três reverentes visitantes eram membros da Ordem de Magi, sendo geralmente identificados como Gaspar, rei da Etiópia; Melquior, rei da Núbia e Baltazar, rei de Soba — nome que os mestres acreditam ser o mesmo que Soba —, que teria sido, por milênios, a capital do reino cristão de Alwah, situado na parte central da moderna República do Sudão. Se essas identificações têm alguma base fática, dois deles — talvez os três Reis Magos — eram de origem africana. E, também, talvez seja de interesse notar que "ouro, olíbano e mirra" conhecidos como os três principais presentes ofertados ao Messias, são, todos, produtos naturais, e muito abundantes nas regiões africanas da Núbia, Etiópia e Sudão.

Do nome do rei de Soba, à época do nascimento de Jesus, não se tem em registros escritos, mas através de tradições nativas pode-se chegar a um homem chamado Bazen. O rei da Núbia era Neketameni, reconhecido como um dos mais hábeis governantes da história de seu país. A partir de dados arqueológicos e literários, sabe-se que, naquele período, o estudo da astrologia encontrava-se bastante adiantado.

Muitos racionalistas dispõem-se a desmistificar a questão da natividade, mostrando-a como ficção pura e simples. Estudiosos, todavia, consideram que essa alternativa cria mais problemas do que solve os existentes. Alguns estudiosos cristãos

sugeriram que a referência à Estrela de Belém pode ter refletido interesses esotéricos no brilhante espetáculo criado nos céus pela conjunção de Júpiter e Saturno no século VII antes de Cristo, ou de Júpiter e Vênus, um século depois, e que os Magos, com seus conhecimentos de astrologia, partiram em busca de um recém encarnado, grande líder religioso, cuja importância podia ser medida pelo majestoso evento celestial. Em outras palavras: se os três Reis Magos foram figuras da história, como em verdade parece haverem sido — como sugerem, aliás, tradições medievais — foram africanos.

MÁRTIRES NEGROS DO CRISTIANISMO

O cristianismo teria sido introduzido no Norte da África antes de 180 d.C., posto que a 17 de julho desse ano ocorresse o julgamento e execução, em Cartago, de alguns dos primeiros mártires do cristianismo. Todos os doze, executados no mesmo dia, sete homens e cinco mulheres, eram africanos.

A líder do grupo, de 22 anos, chamada Perpétua, terminou seu sofrimento ao dirigir a arma de um inábil gladiador contra seu próprio peito. O irmão de Perpétua, Satúnio encontrava-se entre os executados, assim como também uma escrava de nome Felicitas, que deu a luz a uma criança instantane antes de ser morta. No local onde se situava Cartago existia uma capela que homenageava Santa Perpétua, construída com as mesmas pedras e pilares que um dia pertenceram à Cartago de Aníbal.

Quando os 12 mártires morreram, viviam outros eminentes personagens africanos: Sétimo Severo, nascido em Leptis Magna (Tripolitana, 146 d.C.), que adiante tornou-se imperador de Roma, após o assassinato, em 193 d.C., de Cômodo, indigno filho de Marco Aurélio.

Tertuliano, o primeiro dos escritores cristãos, que tornou o latim a língua da cristandade, nasceu em 155 d.C. Trácio Cipriano, bispo de Cartago, viveu no mesmo

século em que Tertuliano morreu. Durante o reinado de Cipriano, como bispo, a perseguição à igreja ganhou força.

As multidões que freqüentavam os anfiteatros passaram a demonstrar paixão por ver os cristãos serem mortos. As autoridades decidiram por estimular o desejo popular de matar o bispo Cipriano, mas ele conseguiu escapar.

Cipriano continuou a servir à perseguida igreja por muitos anos, da forma que hoje chamamos de movimento subterrâneo. Ele explicou sua habilidade em escapar da morte certa com as seguintes palavras: "a rosa branca da coroa do trabalho pode ser tão bela quando a rosa vermelha do martírio".

Mas, chegou o tempo em que Cipriano, não obstante, teve de usar a rosa vermelha do martírio. Havia dela escapado, e trabalhado por sua igreja. Agora que sua vez chegara, encontrava-se preparado para enfrentar a morte, o que fez com dignidade e exemplo: deu 25 peças de ouro a seu carrasco.

A revolução causada pelo cristianismo quanto ao modo de vida e às relações humanas tornou-se tão ampla que a própria Roma veio a aceitar o credo oficialmente. O primeiro imperador cristão, Constantino, o Grande, abandonou todas as pretensões de divindade e colocou símbolos cristãos nos escudos e bandeiras de suas tropas, isto a partir de 312 d.C.

Com a ascensão de Constantino ao trono em Roma a perseguição à igreja do norte da África chegou a um fim. Livre, entretanto, do acossamento externo, viu-se envolvida em conflitos intestinos. Dentre estes havia a discussão entre os dignitários religiosos Ário¹¹ e Atanásio, envolvendo a questão: qual a relação entre Deus e Jesus. A disputa tinha por sede Alexandria, no Egito, mas as repercussões afetavam os cristãos fora da África.

¹¹ - Ário. Heresiarca de Alexandria (280-336), para quem Jesus Cristo era uma criatura de natureza intermediária entre a divindade e a humanidade", in Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. "Luciano de Antioquia, Ário,..."

A disputa chegou a tal ponto que o imperador Constantino promoveu a realização do primeiro Concílio Ecumênico — que veio a se efetivar em Nicéia —, para resolver a controvérsia. O resultado foi o surgimento da Doutrina de Nicéia, ou a Teoria de Deus Filho. Aqueles que resolveram por não aceitar a doutrina foram chamados de Arianos, ou seguidores do sacerdote africano Ário. Os que aceitaram a doutrina tornaram-se seguidores de Atanásio¹². O Império aceitou a doutrina.

A polêmica continuou por mais de um século, e, em 451, o Concílio de Calcedônia reuniu-se para tentar resolver essa permanente controvérsia. Os 600 dignitários de igrejas que participaram do concílio acordaram pela fórmula segundo a qual Cristo era "perfeito em sua divindade e perfeito em sua humanidade, sendo, pois, verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem..." A decisão do Concílio não foi aceita pela maioria dos cristãos africanos. Aqueles que endossaram a fórmula foram cognominados de malequitas ou "cristãos de César".

Face à divisão as igrejas cristãs não ortodoxas — como a monofisita ou jacobita dos egípcios, ou os coptas — se opunham aos povos de origem grega que viviam no Egito. A Igreja Copta era uma entidade integralista, sendo a expressão verdadeira do nacionalismo africano.

Duzentos anos após Constantino, durante o reinado de Justiniano e Teodora, a igreja era entendida como pilar do Estado. Propagar, pois, a fé da Igreja Cristã (Bizantina) era o mesmo que consolidar o poder imperial. Assim, Justiniano estimulou a política segundo a qual chefes e reis africanos que desejassem sua boa vontade deveriam tornar-se cristãos.

O tempo foi passando, e à medida em que aqueles com diferentes pontos de vista conseguiam, também, poder, a África transformou-se num campo de batalha, na guerra pela captura da alma do Negro.

¹² - 2 Santo Atanásio. Bispo de Alexandria (295-373), o qual define a doutrina ortodoxa.

EZANA, PRIMEIRO GOVERNANTE CRISTÃO DA ETIÓPIA



Embora diversas narrativas tradicionais afirmem que algumas personagens reais da Núbia e Etiópia tenham-se convertido ao cristianismo já no primeiro século da Era Cristã, tem maior aceitação a assertiva de haver sido, Ezana, o Grande, da Etiópia, que reinou entre 320 e 350 d.C., o primeiro rei africano que adotou o credo cristão e, mais, fez do catolicismo a religião oficial de seu império. Parece, a partir de fatos disponíveis, que a conversão de Ezana ao cristianismo teria ocorrido em 333 d.C., ou apenas uma década após Constantino haver feito do cristianismo a religião do estado no Império Romano — dando à Etiópia, por consequência, a condição de segundo mais antigo estado cristão. Embora sendo razoável pensar-se que o cristianismo provou ser benéfico para a vida do reino convertido à nova religião, dados conhecidos indicam que Ezana foi um homem de sólidos impulsos humanitários e de nobre coração, mesmo antes de haver-se obrigado ao ensinamento, com incomparável ardor, "da paz na terra e da boa vontade entre os homens".

Vejamos, ainda que sucintamente, umas poucas particularidades históricas registradas, sobre as quais a ação e o pensamento do primeiro rei cristão da África estão baseados. No início de seu reino, quando Ezana era ainda um devoto de seus ancestrais deuses da terra, os bejas — um povo de pastores selvagens e sem lei, vivendo numa região semi-desértica, na fronteira norte do império — valiam-se do fato de estarem longe, e numa posição isolada, para organizarem-se em bandos ou brigadas. O objetivo era aumentar suas parcas posses atacando e saqueando caravanas de mercadores, que necessitavam usar as estradas do deserto, que passavam pelo inóspito país dos bejas. Para pôr um termo às desordens Ezana enviou um exército comandado por dois de seus irmãos, os príncipes Hadeffa e Sheazana, com instruções de prender todos os malfeitores e levá-los para a capital.

No tempo previsto os dois irmãos retornaram à Axum com 4.400 dos bandidos, seis de seus chefes e 9.530 cabeças do gado, ovelhas e animais de carga. Ao invés de condenar à morte os líderes e forçar os subalternos à escravidão, como era prática comum naquele tempo, Ezana ao contrário, e, sem dúvida, para espanto geral, deu novas vestes aos chefes dos bejas, concedendo-lhes, ainda, bem como a seus subordinados, comida, 25.140 cabeças de ovelhas, cabras e gado — três vezes o número originalmente confiscado —, enviando-os para uma nova região do império, onde poderiam ser mantidos sob uma mais próxima e menos custosa vigilância. Onde, outrossim, poderiam levar uma vida mais honrada.

Ezana foi, evidentemente, um homem de fortes inclinações religiosas e serviu bem aos deuses, de acordo com suas luzes. Indicações dessa maneira de ser do rei se refletem no fato de, antes de se tornar cristão, haver produzido, segundo as inscrições, quatro estátuas — uma em ouro, outra em prata e duas em bronze (ou cobre) — dedicadas aos deuses de seu culto animista ancestral, como forma de agradecimento por haver sobrevivido a tantos julgamentos e tribulações a que foi obrigado enfrentar. Não é, pois, de se surpreender que após sua aceitação da fé cristã, Ezana teria provado ser um campeão e devotado patrono da nova religião.

As três inscrições às quais devemos o conhecimento desses e outros particulares a respeito da fase pré-cristã do primeiro rei etíope convertido ao cristianismo, encontram-se registradas em duas línguas, e em muitos manuscritos. Em ge'ez¹³ ou etiópico", e em sabaeen¹⁴ — língua do sudoeste da Arábia, que de há muito mantinha estreitas relações com o império de Ezana. Nessas inscrições o rei informa haver ele se obrigado a estar preparado para fazer os homens de muitas nações saber de sua obra e da glória eterna de seu reino. O desejo de Ezana a esse respeito parece haver sido amplamente atingido.

¹³ - Ge'ez: Nome do idioma de um antigo povo nômade, semítico, da Etiópia. Ver verbete *Semitic Languages*, in *Enciclopédia Britânica*, Vol. 20, pg. 314.

¹⁴ - Sabaeen: Nome usado livremente para designar um antigo povo residente no sudoeste da Arábia, hoje em grande parte chamado *lemem*. *Enciclopédia Britânica*, Vol. 20, pg. 784.

Embora o grande rei tenha morrido decorre já quase dois mil anos, a história da glória de seu reino conservou-se nas páginas do tempo e a memória de seu nome e sua glória não serão cedo esquecidos.

OS MUÇULMANOS CONQUISTAM O EGITO

A conquista muçulmana do Egito começou em janeiro de 640 e, no fim de 642 todo o delta e muito do médio Egito se encontravam em mãos árabes. Ciro, o patriarca da facção cristã dominante, e o mais alto mandatário bizantino, acreditando que qualquer resistência resultaria infrutífera, se propôs acertar os termos de uma rendição, desde que fossem favoráveis. Emissários foram enviados para um encontro com o comandante-em-chefe do exército árabe, Ibn al-As, portando o pedido para que uma missão muçulmana fosse designada para discutir os termos de paz. Poucos dias após, a delegação solicitada, liderada por Ebediah ibn al-Samit, descrito como um negro, encontrou-se com Ciro, quando acertaram as condições sob as quais fizeram a paz.

A maioria dos egípcios cristãos — dos quais Ciro era o patriarca, integrantes do governo aprovado pela facção malequita, assim como os cristãos jacobitas, que haviam sido, por décadas, dolorosamente perseguidos pelos seus correligionários, os malequitas — prontamente aceitou os termos de paz. Mas, um número expressivo de cristãos, principalmente no médio e alto Egito, vigorosamente rejeitou o acordo e persistiu em manter oposição aos invasores muçulmanos, apesar de todo o seu poderio.

Cristãos egípcios, auxiliados por cristãos núbios mantiveram a luta contra os muçulmanos no médio e alto Egito por um período de sete anos, até que seu esforço para preservar o controle cristão naquelas áreas chegasse a um fim.

O CRESCENTE CONTRA A CRUZ

No outono de 651, Abdullah ibn Abi Sarh, o recém indicado comandante muçulmano do Egito, partiu para a Núbia, sob ordens do califa, à testa de um exército de mais de 20 mil homens, bem como expressiva frota de barcos abastecidos com rações e armamentos militares. Tudo faz crer que a invasão apanhou os núbios de surpresa, posto que a força tarefa invasora encontrou pouca resistência em seu caminho na direção sul. Apesar da destemida resistência, a ira dos invasores não teve limites. Inúmeras vilas indefesas, no norte da Núbia, sofreram pilhagens, incêndios e milhares de seus habitantes foram mortos, ou rendidos, e levados para o Egito como escravos.

Esses trágicos eventos varreram o vale núbio do Nilo com a rapidez do simum e, em se podendo crer nos anais árabes, um exército com "mais de 100 mil homens" travou combate contra os invasores muçulmanos, com bravura e determinação, como esses nunca antes haviam visto. A fúria dos ataques núbios, bem como a habilidade de seus arqueiros, custaram aos atacantes "o rolar de cabeças, o decepar de corpos; o vaziar de olhos foi tamanho que não pode ser contado".

Face ao respeito mútuo que mantinham os muçulmanos egípcios e os cristãos núbios, durante a invasão, entre 651 e 652, que se iniciou mal, os termos do tratado que encerrou tão infeliz aventura permaneceram, no todo, em vigor entre 652 d.C. até 1171 ou seja por um período superior a 600 anos. Embora ao longo desse tempo reinos, vilas e cidades na Ásia, Norte da África e Sudoeste da Europa tenham sido incorporadas ao domínio muçulmano, nenhuma tentativa séria foi feita para incluir os reinos cristãos da Núbia e Etiópia no distante império dos califas. Em verdade, as relações entre os cristãos negros da Etiópia e Núbia com os vizinhos muçulmanos do Egito, Arábia e do Levante eram, no seu todo, admiravelmente pacíficas, ao longo de todo esse secular período — tempo que pode ser rotulado como o da "longa trégua".

UMA EMBAIXADA MUÇULMANA NA NÚBIA

No ano de 960 d.C. — quase um século antes de William, o Conquistador, haver derrotado o rei Harold, em Hastings, era 1066, e deitar as bases medievais sobre as quais a Grã Bretanha foi construída —, Solaim al Aswani, recordava, com seu testemunho ocular, uma missão que empreendeu aos reinos da Núbia. Insuperado é o relato de Aswani, pela luz que lança sobre esses esquecidos, hoje em dia, estados cristãos, e que, já àquele tempo, chegavam ao zênite de seu desenvolvimento material, cultural e espiritual. Embora a origem bufa da missão e de seus objetivos também jocosos, as experiências e observações de Solaim na Núbia, da forma como as registrou, constituem-se numa das duas ou três mais reveladoras fontes primárias de informação, que nos chegaram do passado, sobre a cristã Núbia. O promotor da viagem foi um ex-escravo e um ex-cristão, conhecido as vezes como Jawhar al-Siquilli (o Siciliano), homenageando seu local de nascimento, e outras vezes chamado de Jawhar al-Rumi (o Romano), por sua raça. Seus antecedentes de cristão e de escravo não se constituíam em desvantagem para si, tanto que chegou à posição de vizir e comandante-em-chefe do califado de Moiz (952/957), o primeiro dos sultões fatímidas do Egito. De sua base em Tunis Jawhar empreendeu muitas ousadas incursões exploratórias, incluindo entre elas a Síria e, no Egito, em 969, o Império Fatímida. Pouco há para se duvidar de que a maneira quase fácil com que Jawhar cativou o Egito tornou-se possível, ou foi facilitada, face à morte de Kafur, o grande negro vizir e primaz da dinastia Ikhshidite, em 968.

Estimulado, possivelmente, face aos expressivos acréscimos que assegurou ao Império de Moiz, Jawhar, e também sendo um ex-cristão, pensou ser algo notável se pudesse trazer os cristãos da Núbia para o sagrado seio do islã, bem como seu território para ampliação do Império Fatímida. O sagaz vizir, todavia, decidiu que seria mais sábio usar a persuasão e a diplomacia, ao invés da força das armas, para atingir seu ambicioso

plano. Assim, selecionou uma embaixada formada por três homens e liderada por Abdullah ibn Ahmed ibn Solaim al-Aswani, conhecido, convenientemente, como Solaim de Aswan.

A embaixada partiu em seus primeiros e quixotescos passos na direção dos reinos cristãos dos negros. Na bagagem de Solaim encontravam-se duas cartas, uma delas endereçada a George III, do reino de Dongola e outra para Simeon, do reino de Alwah. Os textos dessas cartas não restaram para os pósteros, mas, a partir dos comentários de Solaim deveriam, em cada um de seus conteúdos, ser idênticas ou pelo menos muito parecidas. Ambos os reis eram cortesmente convidados, primeiro a aceitar a fé do Islã. A seguir, propunham aceitassem a oportunidade de ouro de colocar seus reinos sob a proteção e poder do califa fatímida, que era, ainda, o secular todo poderoso não apenas do Egito, mas de todo o norte da África, além de grande parte da Ásia ocidental. George II (NT: como no original) recebeu os membros da missão — diz o relato — mas, com firmeza, declinou da oferta.

De Dongola, Solaim e seus colegas embaixadores seguiram na direção sul até a distante cidade de Soba, a capital do reino de Alwah governada pelo rei Simeon. Aí também eles foram recebidos com simpatia, mas, como George — seu irmão na fé —, Simeon cortes, mas firmemente, declinou a oferta dos muçulmanos.

Retornado ao Egito Solaim prestou ao vizir Jawhar completo relato de sua missão. Tudo indica, não obstante o que possa ter dito o ambicioso embaixador, a natureza do relatório deve ter conduzido o vizir a uma sábia decisão — a de deixar os reinos negros cristãos em paz. De qualquer forma, nem Jawhar ou outro qualquer de seus imediatos sucessores fez outra tentativa de converter os núbios ao islamismo, ou de incorporar seus territórios ao império fatímida.

O CONCÍLIO ECUMÊNICO DE 1441

Em muitos aspectos o mais ambicioso, embora pobre em sucesso, de todos os encontros internacionais do cristianismo medieval, incorretamente chamado de Concílio de Florença, realizou-se em Ferrara, então Florença, e finalmente em Roma, entre 1438 e 1442. O concílio foi convocado pelo Papa Eugênio IV (1431-1447), que esperava poder reunir a grande família cristã, espalhada sob várias formas — gregos católicos, armênios nestorianos, egípcios coptas ou jacobitas e etíopes monofisitas — sob a liderança da Igreja Católica Romana. Uma das razões que mais pesavam para a busca dessa união era um plano papal ambicioso que pretendia, ao fim, juntar todos os cristãos contra os muçulmanos do Leste; uma nascente e arrasadora força sob o hábil comando de Otomão, o Turco. O papa Eugênio, como quase todos os cristãos europeus daquele tempo, ficou profundamente impressionado pelos relatos do poderio militar do império de João Preste¹⁵. Naquele momento, quando ficou claro que o grande padre-rei era um e a mesma pessoa, o papa mostrou-se ansioso de fazer dos etíopes ativos participantes da grande e unida confederação dos povos cristãos, que ele desejava criar.

Desde o estabelecimento do cristianismo em seu país, no século IV, os cristãos etíopes mantiveram-se ligados aos jacobitas e à Igreja Copta, e reverenciavam o patriarca de Alexandria, ao invés do papa de Roma, como seu líder espiritual.

Em 1441 uma delegação etíope, nomeada por Abbot Nicodemus, partiu para Jerusalém e Florença a fim de participar do concílio, que fora transferido de Ferrara para Florença em 1439.

Após longos debates e negociações os delegados que representavam a Igreja Grega Católica votaram por aceitar a proposta união com a Igreja Católica Romana. Com a aprovação do patriarca de Constantinopla e João VIII, o Paleólogo, foi firmada, em 5 de julho de 1439, uma concordata, ratificando aquele propósito. Os delegados representantes

¹⁵ - 5 João Preste. Chefe de um vasto império no Extremo Oriente. Ver Barsa.Vol.2, pg. 133.

da Igreja Armênia assinaram documento semelhante em 22 de novembro do mesmo ano. Em cada um desses acordos o papa de Roma era saudado como o supremo chefe da Igreja Católica. Quando, todavia, notícias chegaram de que os etíopes estavam a caminho, os participantes julgaram, ou pelo menos desejaram, que eles chegariam para assinar os acordos da mesma forma que os outros.

O líder da delegação da Etiópia não se esforçou por obscurecer as diferenças doutrinárias que sempre existiram entre sua Igreja e a Católica Romana. Ele chamou a atenção, em especial, para a diferença presente entre a visão etíope e a romana quanto à natureza de Cristo e o Espírito Santo. Em suas disputas com os teólogos do papa, Deacon Peter defendeu a posição assumida por sua Igreja nessas graves questões com lógica e vigor, mas ele demonstrava haver avançado em seus argumentos com tal competência e tato que elas não significaram impedimentos intransponíveis. Assim, torna-se aparente, pelos anais, que, embora as diferenças doutrinárias mencionadas, os etíopes e os representantes do papa chegaram a um acordo para a proposta união, satisfatório à ambas as partes. Para ter validade, o acordo deveria ser assinado pelo rei da Etiópia. Entretanto, apesar do caráter condicional da posição etíope, o papa parece haver aceito o acordo de boa fé e, em verdade, mostrava-se bastante esperançoso face aos últimos termos. O Pai do Céu demonstrou sua gratidão à delegação da Etiópia pelo papel que desempenhou nas negociações, tomando especial cuidado para assegurar que o restante de sua estada na Itália fosse tão agradável quanto Ele poderia fazê-lo.

Infelizmente não se sabe hoje em dia as razões específicas que levaram João Preste a não assinar a concordata negociada pela missão etíope em Roma. Mas sabemos, sim, que as concordatas — como as negociadas pelas Igrejas Armênia e Grega — nunca foi concluída. Também sabemos que muitos anos mais tarde, quando os portugueses chegaram à Etiópia, eles exorcizaram João Preste por não haver assinado o pacto.

A memória da histórica, ainda que não bem sucedida, embaixada da Etiópia à Roma foi preservada para a posteridade através de um quadro no Vaticano — possivelmente encomendado pelo próprio papa —, onde a delegação é retratada. Duzentos anos adiante, numa visita a Roma, o quadro foi mostrado a um importante monge etíope.

Embora ele nada soubesse a respeito daquela missão, reconheceu as pessoas retratadas, pelo tipo de sua indumentária. Alguns mestres sugeriram que talvez tenha sido quando da visita daquela missão à Itália que aos etíopes teria sido assegurado o direito de erguer o monastério que mantiveram em Roma por muitas gerações. Outros entendem, entretanto, que o monastério data de período muito anterior à embaixada da Etiópia.

III

***O passado é a medida do presente e a garantia do futuro.
Esquecendo o passado o homem torna-se um fugitivo
sem um ontem ou um amanhã.***

A idéia de que os restos de antigas civilizações da África e as suas conquistas devam ser atribuídos as persas, indianos, árabes, asiáticos e europeus — a qualquer um, enfim, menos aos africanos — não pode ser encarada com seriedade.

Há mais de três mil anos Homero se mostrava tão pasmo com o maravilhoso engenho criativo dos negros, que viu no Egito e países vizinhos, a ponto de considerá-lo como acima da capacidade dos mortais. Aquelas obras, disse Homero, teriam sido feitas por parceiros dos deuses.

À parte os encômios de Homero, recentes descobertas arqueológicas e milhares de livros provam que a grande herança do homem negro é consideravelmente mais rica e mais avançada do que a cultura imperial européia de séculos recentes, que quis fazer crer ao mundo exterior que o negro foi erguido de sua degradação e miséria humana pelos seus senhores brancos.

Fatos relativos ao passado mais recente do continente Africano são ainda mais abundantes, e no que concerne a noções tradicionais, são estas da mesma forma

importantes. Embora os africanos, eles mesmos, tenham tido familiaridade com muitas dessas evidências por séculos e mesmo milênios — quase tudo era ignorado pelo Ocidente até uns duzentos anos atrás. A partir de então, virtualmente até nossos dias, o conhecimento da África se restringia a uns poucos estudiosos. Mesmo na atualidade, quando novas descobertas chegam ao Ocidente, há uma tendência para cepticismo ou, pelo menos, surpresa.

Não obstante, durante o século passado, exploradores e arqueólogos descobriram, nos vales do Níger, Zambeze, Benue e alto Nilo, bem como no Saara e na grande bacia do lago Chade, restos de centenas de ruínas de cidades e vilas, testemunhas da existência, num dado momento, de algum tipo de civilização, via de regra associada à idéia corrente de um "Continente Maldito". Algumas dessas cidades e vilas têm sua origem demarcada em centenas ou, mesmo, milhares de anos. Nesses antigos sítios arqueológicos são encontradas tumbas, palácios e edifícios públicos, evidentemente erguidos por artesãos altamente qualificados na arte da construção civil.

Em meio a ruínas e decadentes despojos dessas antigas cidades e vilas foram encontrados milhares de registros históricos, escritos em couro curtido ou lajes de pedra, numa variedade de línguas e escritas, dentre elas hieróglifos cuchitas, hieróglifos e cursivos meroíticos¹⁶, ge'ez, ou antigo etiópico, amárico, o copta núbio e, ainda, o núbio puro. Tais registros originais dizem-nos muito sobre o povo e as nações que construíram extintas civilizações da África.

Destaque especial têm, entretanto, povos que experimentaram contato com aquelas civilizações e que foram capazes de registrar essas experiências em hieróglifos egípcios, cuneiformes assírios, hebreu semita, sânscrito, grego, latim, sírio e árabe, bem como em registros antigos nas línguas portuguesa, francesa, inglesa e holandesa.

¹⁶ - 1 Meroíticos: Os reis etíopes de Napata e posteriormente de Meroe empregavam linguagem etíope em escrita hieroglífica para escrever formais inscrições. Enciclopédia Britânica, pg. 283, Vol 15. Meroenos (do latim meroeni): Povo antigo da Etiópia. Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Vol. 7. Delta Universal, Vol. 10, pg. 5244. Vol. 5, pgs. 2

Graças a tão amplos e espalhados registros contemporâneos, bem como a inestimável acervo arqueológico, além de longa pesquisa realizada por antiquários, encontramos-nos em posição de oferecer, claro como antes jamais, um retrato do Passado de Ouro da África. Assim, de posse desse suporte vamos empreender uma visita a três reis africanos e alguns principados da Terra de Zang, cada um separado, no tempo, por séculos; no mar ou terra, por centenas de quilômetros.

PIANQUI, O GRANDE



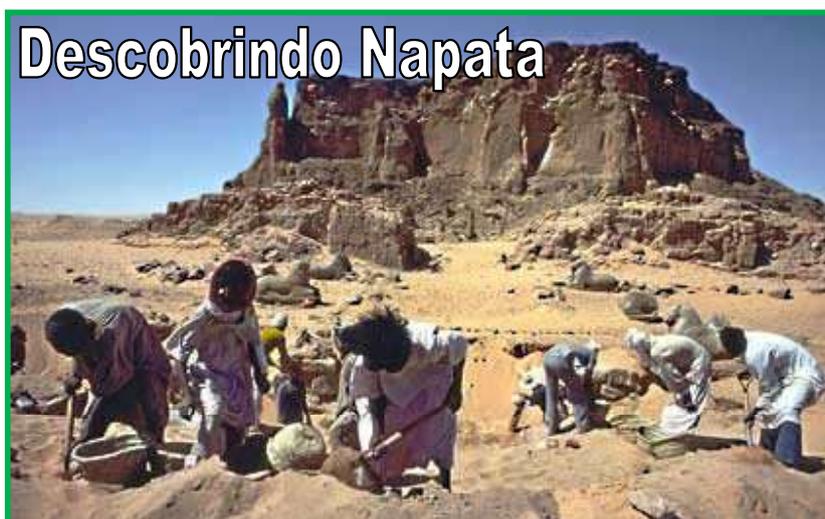
Em torno à metade do século VIII, bem antes do início da Era Cristã, quando jovem era a Grécia e Roma recém emergia, um juvenil príncipe núbio, adiante conhecido como Pianqui o Grande, foi proclamado rei do já antigo Reino de Cuche. Durante seu reinado, de aproximadamente 32 anos (744-712 a.C.), Pianqui expandiu as fronteiras de seu ancestral domínio pela força das armas, sem, contudo, jamais haver-se engajado em aventuras militares, se estas pudessem ser afastadas e mantido ficasse o interesse imperial e a honra nacional. Em suma, Pianqui era, antes de tudo, senhor de seus objetivos de paz.

Explorações e escavações realizadas nos locais onde se situavam antigas cidades e vilas dos cuchitas trouxeram à luz restos monumentais de templos, tumbas e edifícios públicos ostentando o nome de Pianqui, levando a crer que foram construídos por ele ou ao seu tempo restaurados.

Em meio a desgastadas relíquias do passado de ouro foram descobertos, também, um grande número de objetos artísticos em cobre, bronze, prata, electro, ouro e pedras preciosas e semi-preciosas, nas quais, com freqüência, apareciam seu nome. Muitos desses objetos, como a maioria das tumbas e templos onde se encontravam, foram adornados, era evidente, por artesãos altamente qualificados.

Mas, de todos os objetos disponíveis, datando desse período em particular, nenhum se prestou para esclarecer mais o caráter magnífico desse antigo rei cuchita do que um grande monólito sob a forma de uma placa insculpida em granito róseo, que foi descoberto, acidentalmente, por um visitante casual, sob uma pilha de pedras partidas em meios às ruínas do grande templo de Gebal Barkal, em 1862. O tema central do texto inscrito no monólito é a narrativa de que no 21º aniversário do reino de Pianqui mensageiros egípcios chegaram à Napata¹⁷ e informaram ao rei cuchita de que Tafnekht, um ambicioso líbio, que era,

então, o senhor herdeiro da cidade de Sais, no delta egípcio, havia forçado não apenas muitos dos príncipes governantes em várias partes do Egito a aceitá-lo como seu superior, mas, também, pela força, havia assaltado às defesas das



localidades onde os príncipes mantiveram-se fieis à coroa de Cuche. O rei tomou medidas urgentes para debelar tão ominosa situação, que desafiava sua autoridade imperial.

Pouco tempo após a chegada das notícias, Pianqui e seus generais, à frente de um grande exército, bem como de expressiva armada, deixaram Napata e singraram o Nilo em direção ao Egito onde, numa seqüência de fulminantes ataques, foram derrotando exército após exército e foram capturando todas as cidades ao longo do Nilo egípcio, desde a primeira catarata, ao norte, até o Mediterrâneo, chamado pelos antigos como o verde e imenso mar.

As manobras militares desenvolvidas pelo rei cuchita ao longo da memorável campanha e, particularmente, a originalidade, a ousadia e a decisão demonstradas em

¹⁷ - 2 Napata: Primeira capital de Cuche, destruída por exército assírio, por volta de 300 a.C. 2428/2429.

capturar a grande cidade de Mênfis, toda cercada por muros, constituíram-se em motivo de enlevo para muitos dos que, ao longo do tempo, analisaram os sucessos de Pianqui. Foram, contudo, compaixão e humanidade os elementos que sublimaram o grande empreendimento, e que o fizeram credor dos maiores encômios por parte de modernos historiadores.

A atitude e atividades do rei cuchita a esse respeito disseram ter sido "em marcante contraste" com aquela seguida pela maioria dos grandes modelos militares contemporâneos a Pianqui.

A compaixão, que viria a tornar Pianqui tão famoso parece que se constituía em caráter exclusivo de sua personalidade, não se fazendo presente em outros membros de sua linha real. Após conquistado, em 723 a.C., o Egito permaneceu sob o domínio de Cucho até 661 a.C., e parecem indicar os fatos que esse foi, em muitos aspectos, o período de maior esplendor da longa história do país.

Antes da conquista de Pianqui o destino do Egito oscilou entre uma sucessão de reis fracos e incapazes, por um período de trezentos anos. Talvez nunca antes o país tivesse chegado a tão baixo nível de prestígio. O sistema centralizado de governo, que havia ensejado ao reino ordem e segurança, em dias de então, transformara-se em fonte de permanente anarquia e constantes banhos de sangue em lutas internas. Seu nome, antes objeto de respeito geral, tornou-se motivo de desdém. Suas artes, tão criativas, marcharam para a obsolescência; sua indústria e comércio praticamente desapareceram.

Sob a égide de seus senhores cuchitas esse quadro rapidamente reverteu. Em menos de uma geração as artes e a paz floresciam novamente. A ordem e a segurança, além do bem-estar individual, espalharam-se pelo país. Os túmulos passaram a ser protegidos. Os templos foram restaurados. Seu nome, muito antes prestigiado, voltou a ser respeitado em todos os foros civilizados da época. Assim, o Egito que se havia tornado uma nação decadente viu-se renovada com a infusão do sopro de vida que partiu da velha, porém viril, raça dos cuchitas. E, como parte integrante da grande comunidade de nações africanas, o faraônico reino de Cucho viu-se, logo adiante, reconhecido como uma força imperial, admirada no mundo de então.

A TERRA DE ZANG

Até bem pouco tempo as cidades da costa oriental da África eram conhecidas, apenas, por poucos arqueólogos e historiadores. Entretanto, séculos antes de caçadores europeus visitarem a Terra de Zang, suas ruas mostravam-se cheias de mercadores de muitas partes do Oriente.

Quando os portugueses pioneiramente singraram as costas orientais da África — há muito conhecidas como Bar-ez-Zang, ou Terra dos Negros — ao findar o século XV e iniciar-se o seguinte, mostraram-se maravilhados ao encontrar portos de cidades habitados por negros ou mulatos que, a toda evidência, pareciam tão civilizados quanto eles mesmos. Cidades e vilas, muitas delas com edifícios muito bem construídos, espalhavam-se à margem de ruas largas e arborizadas, com belas praias que se alongavam desde o local onde se situa hoje Moçambique até a parte sul do mar Vermelho.

Antigas referências a cidades e vilas ao longo da costa estão preservadas em "Périplo no Mar da Eritréia" datado do primeiro século da Era Cristã, e existe, também, bom material arqueológico e literário dando conta de que centros urbanos de considerável importância floresceram ali, em período contemporâneo à Idade Média na Europa. Esse material antigo, entretanto, apesar de seu grande valor, acrescentou poucas luzes sobre o modo de vida dessas cidades e vilas. Com relação aos séculos XIV, XV e XVI, todavia, há bem mais informações que ajudam a formar o quadro daquelas populações.

John Batuta¹⁸, famoso viajante mouro, que navegou ao longo da costa em 1331, deixou registrados importantes testemunhos oculares a respeito de cidades que visitou. A respeito de Zeila, situada na costa da atual (NT: 1965) Somália britânica. Batuta escreve "tratar-se de uma grande cidade habitada por berberes, uma espécie de povo negro". Já numa antiga crônica portuguesa Zeila é mostrada como um local de intenso movimento para o qual convergia um grande número de navios a fim de descarregar suas

¹⁸ - John Batuta: Trata-se, entretanto, por certo, de Ibn Battutah, 1304/1368-9)

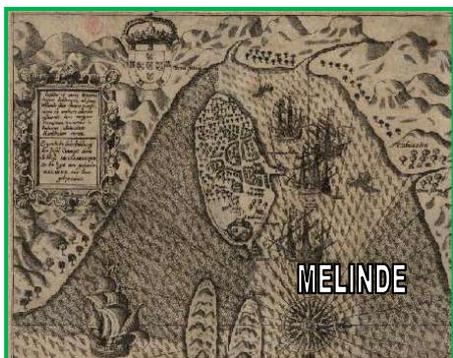
mercadorias. O local foi também descrito como uma cidade bem construída, com casas confortáveis, quase todas em alvenaria, com telhados planos. Os habitantes, na sua maioria, eram negros.

Mogadíscio é mostrada por John Batuta "como uma cidade enorme", governada por um rei que, como o povo negro de Zeila, era de origem berbere. Embora o rei conhecesse o idioma árabe, falava na língua mogadíscia¹⁹. Quando passeava pela cidade encontrou o rei que se protegia do sol com quatro dosséis de seda colorida, cada um com aves bordas em ouro na parte superior.

No registro da viagem de Batuta à Mombasa, em 1331, o local é descrito como uma "grande ilha", onde os habitantes são "pios, honrados e corretos". "O povo alimentava-se basicamente de peixe, bananas e outras frutas, posto que se encontravam árvores frutíferas por toda a ilha, mas não cereais", com exceção do trazido de Sevahie (Sevahili) no continente africano.

Kilwa, a cidade muçulmana mais ao sul visitada pelo viajante, é descrita como "bela e muito bem construída, habitada por pessoas de cor preta clara". Seu rei, ao tempo que o muçulmano a visitou, era um devoto de Maomé, notado por seus presentes e generosidade".

¹⁹ - Mogadíscia: Língua somali, que, a partir de 1973, adotou uma grafia latina).



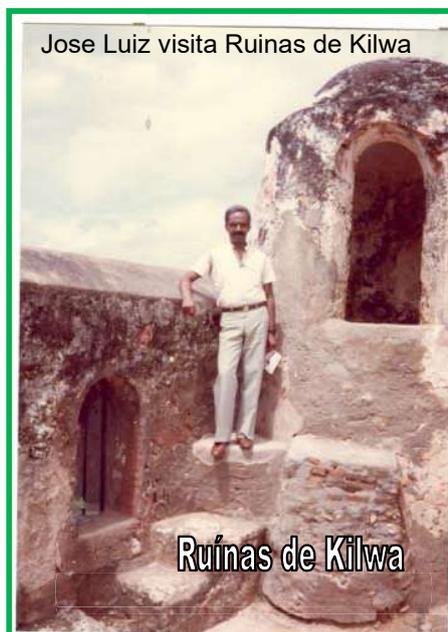
De Melinde²⁰ e Zanzibar, situadas entre Mogadíscio e Kilwa, o viajante mouro nada fala, dando a impressão de que jamais ali esteve.

Mas, numa antiga crônica portuguesa existem algumas referências que revelam coisas dessas duas cidades, o mesmo ocorrendo com relação a Moçambique, Pate e Sofala com seus principados

mouros, espalhados ao sul de Kilwa, os quais, como aqueles, eram habitados por pagãos e muçulmanos negros. Zanzibar, nome derivado de Bar-ez-Zang, é descrita como "uma ilha de 165 quilômetros de extensão por 66 quilômetros de largura, muito fértil e, dizia-se, abundante em inhame, frutas tais como laranjas, limões, limas e abacaxis".

Na ilha havia uma cidade que fora um dia tão grande quanto Kilwa, mas, relatos de cronistas portugueses, informavam que "se encontrava, agora, bastante destruída". Aliás, Zanzibar, como a maioria das cidades mouras da costa africana, havia sido bombardeada e incendiada pelos portugueses alguns anos antes desses registros serem escritos.

Quando Vasco da Gama pela primeira vez aportou em Melinde, o príncipe reinante, em 1547, "acompanhado por um homem muito bem vestido", pagou uma visita aos navios e saudou com boas-vindas aos portugueses. Durante o tempo em que a esquadra ali permaneceu, o príncipe enviou mensageiros para visitar Gama e outros

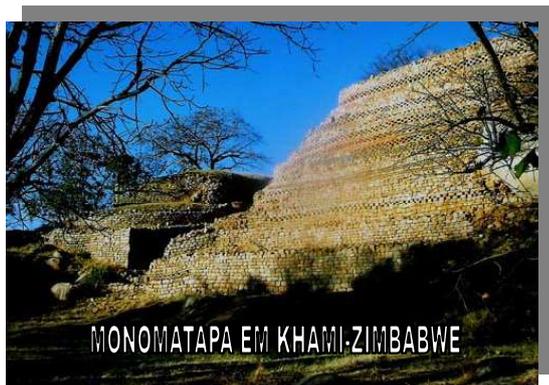


²⁰ - Melinde: Antiga cidade na costa oriental da África, próxima a Zamzibar, hoje reduzida a insignificante povoação árabe-cafreal, quase sem vestígios de sua importância de outrora. Camões refere-se várias vezes, em os Lusíadas a Melinde. Maiores detalhes, Enciclopédia Portuguesa-Brasileira, Vol. 16 pg. 50.

oficiais, levando consigo refrescos da terra. O príncipe também pôs à disposição do grande almirante um piloto de sua confiança, um mouro de Guzorat, chamado Malemo Canaque, o qual, subseqüentemente, guiou a frota portuguesa em sua primeira viagem à Índia. Por seu "grande desejo de ter-nos como seu amigo — diz o velho cronista — o príncipe "pediu a Vasco da Gama para retornar pelo mesmo caminho, posto que ele desejava enviar, em seu navio, um embaixador, para negociar com o rei de Portugal a paz e demonstrar sua amizade".

Cinqüenta anos após, Melinde, como Kilwa, Mombaça e outras cidades mouras na costa leste estavam em ruínas. Um cronista português, escrevendo na metade do século XVI, registra que Melinde se encontrava destruída, mas o remanescente era capaz de mostrar o que fora aquela cidade em tempos anteriores. O cronista atribui, em grande parte, a situação material da cidade à fúria do mar, posto que este a invadia por todos os lados. Mas, como se sabe, o mar não foi o único responsável; os canhões da artilharia portuguesa prestaram grande auxílio naquela tarefa.

O IMPÉRIO DE MONOMOTAPA²¹



Logo após haverem consolidado sua posição em Moçambique, no início do século XV, os portugueses começaram a ouvir rumores a respeito de um poderoso domínio, mais para o interior, rico em cobre, ferro, prata e ouro. O império, eles aprenderam, era governado por um monarca chamado Monomotapa. Seu nome, mais tarde, veio a ser aplicado como designativo de todo o vasto território sobre o qual ele reinava. Nos duzentos anos que se seguiram, os portugueses fizeram, sem sucesso, várias tentativas de controlar esse império. Os

²¹<http://www.dacostaex.net/livros/HM.pdf>

cronistas lusitanos, entretanto, tiveram sucesso em registrar muito a respeito da vida daquela gente que, até sua chegada, era completamente desconhecida no Ocidente.

Segundo registros que sobreviveram aos seus cronistas de então o Império de Monomotapa, em meados do século XVI, media 1.280 km de leste para oeste. Tinha uma circunferência superior a 4.000 km. O domínio se compunha de 25 reinos, dirigidos por príncipes vassallos, que reverenciavam o imperador Monomotapa como seu "grande senhor" e pagavam-lhe tributo em ouro. O imperador, como seus vassallos, "eram negros, com cabelos carapinha". Eles eram descritos, ainda, como de natureza alegre e comunicativa. Pelos portugueses eram chamados comumente de cafres, ou seja, negros que não se haviam convertido ao islamismo, como haviam feito os de Kilwa, Mombaça e muitas outras cidades costeiras. Constava, também, que suas roupas eram de algodão, intercaladas com fios de ouro.

O imperador de Monomotapa mantinha-se em alto nível, sendo reverenciado por todos que, ante ele, ajoelhavam-se. Possuía um exército numeroso cuja formação se assemelhava à maneira como os romanos dispunham suas legiões. Os soldados eram armados com arcos e flechas, dardos, lanças e machadinhas. Entre os guerreiros, renomados por sua bravura, havia uma legião de mulheres. De acordo com as narrativas, as integrantes dessa legião feminina, cujas armas eram arco e flecha, queimavam seu seio esquerdo com fogo, de forma a não atrapalharem nos movimentos de combate. Em meio às suas estratégias de guerra, dizem as histórias, consta que as guerreiras costumavam por fogo em tudo à volta, quando atacas pelos inimigos, como se, perdidas, preparassem a debandada. Embevecido com sua aparente vitória, o inimigo relaxava. Neste momento, com grande ferocidade, as Amazonas negras punham-se no ataque.

Em tempos de paz elas viviam em terras distantes, que lhes outorgava mandado real. Periodicamente, recebiam homens que elas mesmas escolhiam. As crianças do sexo masculino que nasciam dessas uniões eram enviadas para morar com os pais. As meninas ali concebidas, contudo, ficavam com suas mães para se tornarem, um dia, elas também, Amazonas negras.

YUSUF IBN HASSAN

Em 1614, o rei vassalo de Mombaça foi ordenado viajasse até Goa, a capital da Índia portuguesa, a fim de apresentar, pessoalmente, a sua versão sobre uma disputa em andamento entre ele e o comandante europeu do Forte Jesus, que havia sido construído pelos portugueses, para abrigar sua guarnição na cidade. O rei Hassan pressentiu que, se atendesse ao apelo dos portugueses de viajar a Goa, seria preso e jamais voltaria a rever sua terra natal. Por isto, ao invés de seguir para Goa navegou para a parte continental do país. Sem sorte, caiu em mãos de seus oficiais que, subornados pelos lusitanos, não apenas o prenderam mas, ainda, a seu filho Yusuf, um menino com sete anos de idade. Em Portugal, o jovem foi entregue aos cuidados de monges agostinianos, que o criaram e educaram-no, após dar-lhe o nome cristão de Dom Jerônimo. O príncipe permaneceu ali para sua formação por treze anos e, ao fim desse período, casou-se com uma "senhora portuguesa", que viria a ser sua futura rainha. Tinha, então, cerca de 20 anos.

Em torno a 1628, após haver, solenemente, "submetido-se, e a seu reinado, ao poder papal, voltou, acompanhado de sua branca e cristã esposa, para Mombasa, onde se instalou sobre o trono de seu assassinado pai. Pedro de Gamboa, governador português de Mombasa, embora concordando com a titulação real de Jerônimo, tratava o jovem soberano mais como escravo do que como nobre, não lhe permitindo o exercício de qualquer autoridade. A posse do título sem o poder tornou o rei preocupado. Durante longas noites de vigília, freqüentemente visita o túmulo de seu pai. Ali, amargando o triste fim que tivera seu progenitor, passou a realizar ritos muçulmanos por sua alma.

Uma noite de 1631, enquanto realizava cerimônia islâmica por seu pai, o rei tinha um imprevisto observador. Este reportou o que viria ao governador Pedro de Gamboa, que compreendeu, desde logo, que apesar de sua conversão ao cristianismo, Jerônimo, intimamente, era como nascera, um muçulmano. Decidiu, então, levá-lo para julgamento em um tribunal da Inquisição em Goa, pelo crime de apostasia. Informado, todavia, por antecipação do plano do governador, Jerônimo resolveu lutar por sua vida.

Para atingir aquele objetivo, Jerônimo reuniu cerca de 300 cafres, negros e pagãos, que habitavam na cidade e, com eles, imediatamente marchou contra a cidadela. Tomado de surpresa o forte, foi facilmente dominado e todos os seus habitantes mortos. O governador foi executado pelo próprio rei Jerônimo. Dominada a cidadela, a força real marchou sobre a cidade e, pela manhã, " não havia português, em que puderam por as mãos, vivo". É narrado, de fato, que apenas quatro padres e um leigo teriam escapado.

Quando o massacre terminou o rei, agora, Yusuf ibn Hassan, não mais Jerônimo, posto que retomara seu nome ancestral, mandou reunir todos os que se haviam convertido ao cristianismo na Igreja de Nossa Senhora, a maior na cidade, e fez um longo discurso justificando seu direito de rebeldia contra a tirania.

Os portugueses, entretanto, não concordaram com seu ponto de vista e poucos meses após a revolta, um esquadrão composto de seis navios se mostrou ao largo de Mombasa, com a missão de dar ao rei Yusuf ibn Hassan uma lição para não mais ser esquecida. Imediatamente os lusitanos atacaram por terra, ao mesmo tempo em que a artilharia naval bombardeava a cidade. Por três meses os portugueses se empenharam com o melhor que podiam para retomar a cidade, mas seu esforço, contudo, não era o bastante. Ao fim desse período a frota retornou para Goa. O vice-rei não aceitou a derrota e decidiu que deveriam tentar novamente. Assim, pouco após outra esquadra, maior que a primeira, foi enviada para esmagar os recalcitrantes negros daquela ilha. Finalmente os portugueses conseguiram desembarcar nas praias de Mombasa, mas, para sua surpresa e desapontamento, encontraram a cidade completamente deserta e em ruínas.

O porquê de a cidade haver sido abandonada e destruída é desconhecido. Supunha-se que seus defensores, sabendo de sua incapacidade para enfrentar o segundo ataque, saquearam-na, evitando que a mesma caísse nas mãos inimigas.

Atingido o objetivo — Mombaça estava morta, mas seu jovem real bem vivo —, rei e súditos deixaram a ilha, partindo para o continente, onde podiam melhor defender-se dos portugueses. E, por muito anos, Hassan continuou sendo um espinho na carne dos europeus. De sua base no continente o rei e seus fiéis súditos marchavam ao longo da costa incentivando as cidades mouras a se revoltarem contra os portugueses.

Por muitos anos os lusitanos fizeram todo o possível para por a mão em Yusuf, sem sucesso. Sua morte tem duas versões mais conhecidas. Por uma delas ele teria morrido num embate com piratas do mar Vermelho. Noutra, teria falecido pacificamente na cidade do porto árabe de Jêdda, o que dá a entender que estivesse ele nessa oportunidade realizando uma peregrinação à cidade sagrada de Meca.

Verdadeira ou não essa última versão, não resta dúvida de que Yusuf, embora educado ao longo de treze anos nos dogmas do cristianismo, proferiu honesta convicção ao declarar que o Profeta garantiu a si e a seu povo melhor educação religiosa e um sentido maior de humanidade do que fizeram os teólogos do cristianismo.

O modo empregado pelos portugueses para por fim às revoltas ensejou que mouros, muçulmanos e cristãos acreditassem em quão acertados eram os conceitos de Yusuf. Mombasa, ainda que em ruínas, foi reconstruída e a cidadela erguida novamente, recebendo, como antes, o nome de Jesus. A seguir se iniciou a campanha de trazer de volta à submissão à coroa portuguesa as várias cidades rebeldes. Siu, Pemba e Pate, que haviam sido especialmente ativas na luta pela libertação, receberam punição especial. Em 1669 essas e outras cidades que haviam seguido seu líder foram destruídas por completo e seu povo humilhado ao máximo. Um cronista da época narra que após o povo da cidade haver conseguido golpear os portugueses e, mesmo, cortar as vias de acesso ao mar, um grande desastre se abateu sobre eles, obrigando-os a aceitar a paz". No pórtico principal de Forte Jesus pode-se ver, ainda hoje, inscrição que celebra esses eventos. Assim, o cristianismo e seu modo de vida foi reintroduzido sobre muitos redutos de Bar-ez-Zang, ou Terra dos Negros.

Mas o restabelecimento de potências portuguesas naquela zona foi mais aparente do que real. Passado apenas uma década as cidades mouras já se encontravam novamente em armas. Em 1652 os muçulmanos de Pate e Zanzibar, com o auxílio dos árabes de Oman — que haviam expelido os portugueses do sul da Arábia dois anos antes —, se organizaram e mataram ou expulsaram todo e qualquer cristão branco que encontraram. Oito anos mais tarde, Mombaça — com exceção de seu forte — foi também arrancada dos portugueses. Siu, Manda e outras cidades da mesma forma se somaram à

revolta. Em 1669 os árabes de Oman estenderam sua revolução até o sul, incluindo Moçambique, que por pouco não ocuparam. Os portugueses, mesmo assustados, chamaram às armas todos os homens que puderam e partiram para um novo esforço visando recapturar as cidades perdidas. Esse esforço não foi de todo perdido. Em 1678 Pate, Siu, Manda e Mombaça haviam sido recapturadas e saqueadas. Duzentos de seus cidadãos mais destacados foram passados na espada ou decapitados, em nome de Deus. Quase vinte anos depois todas as cidades, exceto Forte Jesus em Mombaça retornaram ao domínio dos mouros. Em 1697, Mombaça, a principal cidadela dos portugueses, embora bem armada, também caiu em mãos dos mouros, após um cerco de 33 meses.

Com a retomada desse triste forte, o esforço português de converter ao cristianismo os infiéis mouros, espalhados por toda a metade norte da costa da África do leste, tarefa que já perdurava por quase 200 anos, chegou a um melancólico fim.

É verdade que esses pioneiros da "opressão do branco" não se mostravam interessados em abrir mão de seu tão longo e sofrido esforço. Em 1699, 1703 e 1710 tentaram novamente restabelecer seu domínio e sua atividade missionária na refratária costa. Entretanto, cada uma dessas tentativas resultou em nada. Foram, é verdade, melhor sucedidos em 1728. Em março desse ano, possuindo um território entre Zanzibar e Mombaça, os portugueses partiram dali para recapturar, de novo, Mombaça, ali permanecendo por apenas um ano, uma vez que, em novembro de 1729, os árabes reapareceram e expulsaram os portugueses novamente. Em parte alguma, ao norte da baía de Lourenço Marques (Delagoa Bay) uma bandeira portuguesa voltou a tremular de então até nossos dias.

IV

Idéias preconceituosas, amplamente difundidas, segundo as quais a África é culturalmente estéril teimam em resistir. Não importam dados incontroversos, a partir de importantes descobertas arqueológicas, registros escritos e obras de arte — permanecem aqueles que preferem dar curso a histórias de exploradores europeus que sublinharam os aspectos negativos, ignorando os positivos.

Os africanos são chamados de selvagens, apesar dos atos bárbaros que formaram a rotina histórica do branco ocidental — como recentemente, quando milhões de pessoas foram eliminadas em câmaras de gás —, dos quais não deveriam se orgulhar. Os africanos, rotulados de pagãos, são na sua maioria, povos que acreditam num ente supremo, que estimula muito de suas vidas. Rotulados de primitivos, grande parte da chamada arte moderna deste século é baseada em sua criação tradicional, enquanto que o ritmo de sua música tornou-se denominador comum na cultural ocidental. Muitos fazem por esquecer que lá surgiu a mais antiga e grandiosa das civilizações. Muitos ignoram, virtualmente, a riqueza dos impérios de Ghana, Mali, Congo, Sudão, Etiópia e Songhai, quando Tombuctu e Gao eram verdadeiros centros internacionais do conhecimento. Embaixadores eram trocados entre nações, num momento histórico em que, registros evidenciam, havia superioridade cultural do lado africano em comparação ao europeu.

Muitos povos, indevidamente, atribuíram a origem exterior qualquer das maravilhas culturais do passado africano, tais como as cidades de Gegi, Engaruka e Malindi¹, no Quênia, além das cidades costeiras do leste africano, prenes de história, como Tanganica (hoje Tanzânia), além das ruínas das cidades de Kilwa²², Songa Mnara²³ e Ismalia, um sítio arqueológico da Idade da Pedra, com seus tesouros de relíquias de tão distante era.

²² - Kilwa: Porto marítimo do antigo território de Tanganica (Tanzânia), que teria sido fundado em 975 por Ali bin Hasan, príncipe Persa. Tendo sido uma importante e rica cidade, chegou a contar com 300 mesquitas. Ver Enciclopédia Britânica, Vol. 13 pg. 381

Os negros devem erguer suas cabeças, não apenas pelo que contribuíram para o enriquecimento de sua própria cultura, mas, também, pela sua direta contribuição para toda humanidade.

É interessante notar que ainda em 1492, quando se deu a queda de Granada, e Colombo descobriu a América, ainda havia africanos em postos de comando na Espanha.

No espaço que mediou entre 711 e 1492 povos africanos uniram-se pelo sangue aos espanhóis e, também, converteram muitos deles à fé islâmica. Durante o período de dominação, africanos e árabes, da mesma forma, contribuíram substancialmente para o enriquecimento da Península Ibérica, montando um intercâmbio comercial, cujos pontos externos eram África e o Oriente, numa escala então jamais pensada. Ergueram, também, uma civilização, em muito, mais avançada do que suas contemporâneas cristãs.

Quando os espanhóis reconquistaram sua terra, os ex-governantes foram obrigados a deixar de lado seus nativos e pitorescos hábitos, como tomar banho, e adotar rotinas pouco higiênicos dos conquistadores. Tiveram de renunciar sua língua, costumes e cerimônias. Mesmo seus nomes. " Os espanhóis — diz Stanley Lane-Poole, em seu livro *Os Mouros na Espanha* — não compreenderam que haviam liquidado com sua galinha dos ovos de ouro²⁴". Por séculos a Espanha fora o centro da civilização, o repositório das artes e das ciências, bem como de todas as formas de refinamento. Nenhum outro país europeu conseguiu sequer se aproximar do esplendor cultural que ali imperou, ao longo da dominação dos mouros. O brilho fugaz de Ferdinando e Isabel, e o império de Carlos V, provam a incapacidade dos espanhóis em atingir à duradoura eminência dos mouros. Estes foram banidos, e por certo tempo a Espanha cristã brilhou como a lua, com luz de

²³ - Songa Mnara: Ilha ao sul da baía de Kilwa, que, em meio a densa vegetação, esconde as ruínas de outra cidade desconhecida. Fragmentos de mesquitas, esculturas em pedra calcária e de um farol à praia compõe a paisagem. Pedro Alvares Cabral, navegador português, foi o primeiro europeu a visitar a região. Enciclopédia Britânica, Vol. 13 pg. 381.

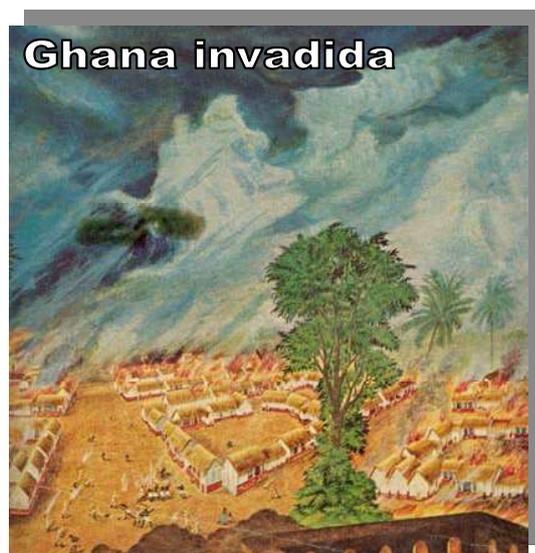
²⁴ - Galinha dos ovos de ouro. No original: *Golden Geese* (Gansos de Ouro).

outrem. Veio, logo após, o eclipse e na escuridão decorrente a Espanha mergulhou desde então.

“O verdadeiro memorial aos mouros — prossegue Lane-Poole — pode ser visto em áreas de extrema pobreza, onde, outrora, os muçulmanos cuidavam de luxuriantes vinhedos, imensos olivais e dourados milharais. Também, em estúpidas e despreparadas populações, vivendo onde outrora o conhecimento floresceu. Ainda, na geral estagnação e degradação de um povo que caiu na escala das nações, e que fez por merecer sua humilhação”.

Os rios da cultura negra desaguaram em muitas terras, irrigando solos áridos, e enriquecendo, mesmo, algumas áreas férteis. Voltemos sobre nossos próprios passos para, nessa caminhada, identificar, em diversos pontos, ao longo das margens desses rios, o que eles fizeram florescer.

A TERRA DO OURO



²⁵Entre os mais antigos estados da África do oeste surgiu um que mereceu especial atenção e fama. Chamado Ghana, inspirou, mesmo, o nome da atual República de Gana. Seu território ficava cerca de 360 quilômetros ao norte de Bamaco, atual capital da República do Mali, em meio a uma área que se constitui hoje num vasto deserto, sem habitantes permanentes. Muitos bem intencionados, porém mal informados, intérpretes do passado e presente da África, tendem a negar a existência de Ghana. Assim, à luz de tais dúvidas,

vamos examinar alguns relatos históricos e arqueológicos.

Em 1912 um oficial de distrito, o francês Bonnel de Meziers, viajou intensamente em áreas do alto Senegal-Niger, onde Delafosse identificou o coração de Ghana e sua capital, a cidade de Kumbi (sítio até então desconhecido), e acidentalmente descobriu as ruínas do que poderia ter sido uma grande e trepidante metrópole, com população assentada e próspera. O esclarecido explorador sugeriu, como subseqüentes investigações vieram confirmar, que aquelas ruínas, abandonadas no deserto, marcavam o local onde se localizou Kumbi-Saleh, capital do outrora rico e poderoso Império de Ghana, cuja história como estado independente pode ser traçada de 1203 até o quarto século da Era Cristã.

Comentando sua visita a Kumbi, em 1914, Bonnel escreve: "Fiquei grandemente impressionado pela verdadeiramente inesperada vista das ruínas de tão importante cidade, neste local perdido e desconhecido dos Europeus de nossos dias".

²⁵ - Desenho de E. Harper Johnson.

Bonnel encontrou muitos cemitérios e tumbas, algumas magníficas, nos subúrbios da cidade. Viu, também, indícios de fundição de ferro numa colina — montes de cinza e minério. Bonnel ficou surpreso quando encontrou ruínas de casas, tumbas e edifícios ao longo de 35 quilômetros, na direção leste-oeste.

W. E. Ward no livro *Breve História da Costa do Ouro*²⁶ diz: "A civilização de Ghana e de outros impérios do Sudão foi superior às existentes na Europa na mesma época. Eles ergueram esplêndidos edifícios, tinham um código legal, escreveram histórias e poemas. Conheciam a agricultura, a medicina, a ciência e mantinham universidades. Tinham bancos e todo o tipo de comércio. Possuíam um bom serviço postal. Mantinham hospedarias, e muros protegiam às rotas comerciais. Contavam com um destacado quadro de doutores e jurisconsultos. Seus cientistas observavam cometas, eclipses e terremotos, discutindo suas causas, num tempo em que tais fenômenos, na Europa, eram tidos como manifestações da ira de Deus".

Esta a situação da grande Ghana antes de ser literalmente engolida pelos fervorosos pregadores do islamismo, os almorávidas.

Em 1042, esse povo atacou alguns distritos afastados. Dezoito anos após, então, deu-se o grande assalto, era 1060. Para preservar sua liberdade, Ghana dispôs 200 mil guerreiros, incluindo 40 mil arqueiros, num gigantesco esforço para salvar o império. A guerra durou 16 anos.

Em 1076, o sopro que viria a varrer Ghana, abateu-se com grande violência. Sob o comando de Abu Bekr as forças almorávidas saquearam a cidade, causando o desmembramento do império.

Após a morte de Abu Bekr, em 1087, alguns reinos, parte do antigo império, lograram sua independência e, da mesma forma, o original reino, um núcleo do Império de Ghana, também se tornou independente.

²⁶ - *A Short History of the Gold Coast*, por W. E. Ward, Editora Longmans, Green and Co. 1935.

Em 1203, um dos estados originalmente vassalo do Império de Ghana — o Reino de Susu, sob o comando de Sumanguru, atacou e capturou Ghana. Logo adiante, Sumanguru descobriu que o pequeno principado do Mali ia-se transformando num poderoso reino e decidiu eliminar um futuro concorrente. Para atingir este fim, mandou matar onze irmãos, todos herdeiros do trono do Mali. Salvou o décimo segundo, uma criança aleijada, chamado Sundiata. Com o passar dos anos, o jovem tornou-se forte e livre de sua deficiência física. Em 1230, Sundiata ascendeu ao trono do Mali, deitando as bases de sua glória futura.

Cinco anos mais tarde Sumanguru decidiu desafiar Sundiata, quando seus exércitos se encontraram na batalha de Kirina. Sumanguru saiu derrotado e o reino de Susu tornou-se parte do expansionista império de Sundiata. Em 1240, Sundiata atacou a antiga cidade de Ghana e a destruiu para sempre, como grande ou potencialmente grande potência. Como consequência dessa derrota e a deterioração do clima, muitos habitantes desse antigo reino se viram forçados a migrar para regiões mais férteis e úmidas ao sul. Alguns desses migrantes, inclusive o grupo dos akan — Fanti, Achanti, Akwapin, Gyaman, Akim e Akwamu — iniciaram sua longa marcha para o sul, como uma unidade política. Mas, ao tempo em que chegaram às fronteiras da Costa do Ouro²⁷, já se encontravam divididos. Assim, desapareceu o império que conheceu prosperidade por mais de um milênio.

²⁷ - Nome da colônia inglesa que ao declarar-se independente, em 1957, passou a chamar-se Gana.

KUMASI E O TRONO DE OURO



Nos primeiros anos do século XVIII apareceu ante a corte de Osei Tutu, o quarto rei dos achantis, um mágico chamado Anotchi. Ele conseguiu convencer o rei de que era o enviado de Oyame, o rei dos céus, e que tinha por missão transformar Achanti numa grande e poderosa nação.

De acordo com a lenda Achanti, Anotchi mandou descer dos céus uma nuvem negra, de onde, em meio ao rugir do trovão, fez surgir um trono de ouro. Anotchi proclamou que o trono continha as almas dos povos Achantis e que ele iria fazer crescer o poder, a honra e o bem-estar de todos. Disse mais, que se o trono algum dia viesse a ser conquistado ou destruído por inimigos a nação desapareceria.

Constituiu-se em fato histórico o dado segundo o qual, com o passar do tempo, o rei viu seu poder aumentar, assim como cresceu o prestígio do trono de ouro. O florescimento do poderio dos achantis levou-os até a costa, onde os fortes ingleses se encontravam. Freqüentes conflitos marcaram o período, culminando, em 1873, na marcha empreendida por Sir Garnet Wolseley sobre Kumasi. Após capturar e queimar a cidade, ele concluiu um tratado com o rei, que durou até 1893. Então, tomando conhecimento do significado para aquele povo do trono de ouro, os ingleses procuraram por todos os meios localizá-lo, no que, apesar do esforço, falharam completamente. Em março de 1900, Sir Frederick Hodgson visitou Kumasi com o objetivo precípua de esclarecer o mistério do trono de ouro. Num ato público, Sir Hodgson informou que o rei dos achantis, que se encontrava no exílio (NT. nas ilhas Seicheles), de lá não retornaria. Isto posto, seria correto que lhe entregassem o trono para que, levando-o ao rei, no exílio, pudesse nele sentar.

Os Achantis receberam o discurso em silêncio. Os chefes sentiram-se verdadeiramente insultados. Sucede que, nem mesmo o rei havia, jamais, sentado no

trono. Ele era conservado respeitosamente pelo povo simbolizando a alma da nação. Ao fim da cerimônia os diversos chefes voltaram para suas regiões com o objetivo único de preparar a guerra. O número de mortes no breve conflito que se seguiu somou 1.007, dentre os britânicos. As baixas do lado achanti são desconhecidas. Nada ficou assinalado, da mesma forma, sobre o paradeiro do trono de ouro.

A GRANDE ARTE DE BENIN



Há certa unanimidade da crença de que diversas populações têm ocupado o solo da atual Nigéria nos últimos milênios. Nos passados próximos vinte e cinco anos inúmeras provas têm conduzido à certeza da presença de uma consistente cultura pré-histórica no norte da Nigéria, que produziu peças extremamente valiosas em terracota. Em 1944, a descoberta de uma bela cabeça de Jemaa foi conectada a uma isolada descoberta anterior, ocorrida em 1936 — uma pequena cabeça de macaco, produzida em terracota, foi encontrada numa mina de zinco em Nok. Este nome passou a ser usado como indicador da cultura que produziu aquelas obras de arte.



A descoberta da cultura de Nok foi uma das mais revolucionárias da moderna arqueologia. Logo após o surgimento dessas peças os primeiros estudos indicaram que sua produção ocorreu num período que mediou entre 2000 a.C. e o início da Era Cristã. Época em que uma sociedade organizada habitou aquela região, sendo predecessora dos desdobramentos que ali se deram nos campos religioso, artístico e social.

Existem fortes razões fazendo supor que a arte de Nok influenciou diretamente à de Ifé e Benin, e, ainda, seu conhecimento poderá erradicar, enfim, teorias europeizantes de que a produção de Ifé, Benin e Igbó, além de outras tradicionais formas de expressão, teriam sua origem fora da África ocidental. Prova, sim, que os africanos produziram arte tanto impressionista, quanto naturalista.

Por sua singularidade, a tendência foi pensar que a arte em bronze de Benin e Ifé não se vinculava à outras formas de expressão da arte negra africana. Dai, por conseqüência, partiam à busca de uma origem não africana para essas manifestações. Uma teoria mais favorável, entretanto, vincula a introdução da arte em Ifé à migração ocorrida na África do oeste de um grupo liderado por um certo Kiswa, vindo do oeste do Sudão. Como resultado dessa andada, acredita-se, teria sido estabelecido na região uma dinastia. Muitas tribos, inclusive os iorubas, têm tradicionalmente vinculada sua origem à essa movimentação, que teria ocorrido entre os séculos VI e VIII de nossa era. Entretanto, não se tem qualquer evidência arqueológica disponível para apoiar a teoria da existência de técnicas de fundição em bronze no Sudão ocidental. Permanece, todavia, o vale do Nilo, e em especial Méroe²⁸,

como o mais provável ponto de partida dos deslocamentos para o oeste. Baseados nisto, vários autores gostariam ver na arte a sobrevivência de uma intrusão da civilização egípcia, ou uma derivação da arte dos etruscos, persas e indianos.

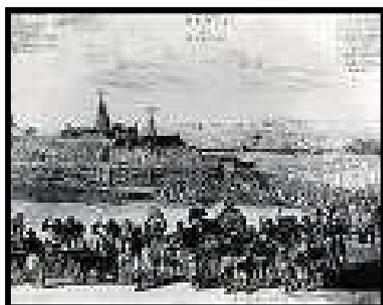


de

Antes de discutirmos a arte de Benin, cremos que deva haver um prefácio contendo uma descrição das sociedades africanas que produziram esses trabalhos e outros similares.

²⁸ - Méroe: Capital do primitivo Estado africano de Cuiche, foi centro de uma antiga e adiantada cultura. De 300 a. C. a 200 d.C., aproximadamente, Méroe floresceu como centro artístico e comercial.

Pouco após haverem os portugueses chegado ao golfo da Guiné, em 1470, fizeram uma série de visitas à cidade de Benin. Entretanto, desafortunadamente, nenhum registro de suas impressões sobre a cidade chegou até nossos dias. O mais antigo registro preservado está numa crônica holandesa, produzida por autor anônimo, conhecido apenas pelas iniciais D.R.²⁹, publicada pela primeira vez na Alemanha, em 1604.



Nessa narrativa, que parece haver sido escrita por uma testemunha ocular, fica-se sabendo que “em princípio a cidade parece muito ampla. Quando nela se adentra, depara-se, desde logo, com uma espaçosa avenida, que dá a impressão de ser sete ou oito vezes mais larga do que a Rua Warne, em Amsterdã. Quando alguém se dispõe por ela caminhar, mesmo depois de um quarto de hora, não consegue ver seu fim. No portão de entrada existe um baluarte, sólido e consistente sobre um fosso seco, cheio de altas árvores. O fosso prossegue adiante, porém não sabemos se contorna a cidade ou não. O portão é bem construído, feito em madeira e conta com um sentinela. No lado exterior do portão existe um grande subúrbio. Podem ser vistas muitas ruas com calçadas contendo árvores em ambos os lados, que se perdem ao longe”.

“As casas ao longo das vias, prossegue o narrador, umas ao lado das outras, em perfeita ordem, fazem lembrar o casario da Holanda, inclusive com uma pequena escada, na qual pessoas de bem adentram, antes passando por uma pequena sala de estar onde se pode sentar...”

O ano de 1897 assinala a descoberta da arte de Benin pela Europa ocidental. Os britânicos concluíram um tratado de comércio pouco após, em 1892, com o rei de Benin, pois suas tentativas de chegar ao país haviam sido constantemente frustradas. O tratado, todavia, fez com que o vice-cônsul Philips, do protetorado de Oil Rivers, chegasse à cidade de Benin em 1896. Mensageiros enviados à corte de Oba, o rei, receberam a resposta de que a majestade celebrava, naquele período, o sacrifício anual em honra dos ancestrais.

²⁹ - Acréscimo atual: D.R. = Dierik Ruyters

Seria melhor, sugeriram, que a visita de Philips fosse adiada. Entretanto, apesar da resposta desfavorável, Philips, acompanhado de oito europeus e 280 carregadores africanos, todos desarmados, de forma a não levantar suspeitas, marcharam para Sapele, a dois de janeiro de 1897. Singrando tortuosos rios e afluentes, por cerca de 100 quilômetros, chegaram a Gwato, o porto de Benin. O grupo desembarcou e iniciou uma caminhada através da selva, em direção à cidade de Benin. Após cerca de 20 quilômetros de marcha sofreram uma emboscada, quando 40 dos carregadores foram assassinados. Informes sobre o massacre chegaram, em 10 de janeiro, ao almirante Rawson, do Esquadrão do Cabo, sediado na Cidade do Cabo. Com muita rapidez, apenas 29 dias, foi organizada uma expedição punitiva, formada por 700 homens trazidos de diversas partes, de distâncias tais como 6.400 quilômetros, que capturaram a Cidade de Benin, em 17 de fevereiro.

Os integrantes da missão punitiva mostraram-se maravilhados ao encontrar em Benin grandes quantidades de bronze fundido, esculturas em marfim e muitos outros objetos. Infelizmente, porém, os invasores incendiaram a cidade, queimando por consequência um grande número de obras de arte em madeira. Não obstante, o que sobrou se constitui num forte testemunho da existência ali de uma antiga e também fluorescente tradição artística. A expedição levou consigo grande quantidade de artigos que, adiante, foram vendidos pelo *Foreign Office* (Ministério do Exterior) inglês. Os integrantes da missão tiveram a chance de apossar-se de um bom número de peças de alto valor artístico. O Museu Britânico conseguiu uma valiosa, embora pequena, coleção, como fez, da mesma forma, o general Pitt Rivers.

Uma das primeiras questões que emergiram com a descoberta da arte de Benin foi "de onde se originou?"

O contato vestibular dos europeus com Benin foi travado pelos portugueses, em 1472. Eles, parece, conseguiram um bom relacionamento com o Oba de Benin. Rapidamente estabeleceram um entreposto comercial em Gwato, e seus missionários foram recebidos pelo rei. Seus soldados serviram no exército real. Os portugueses mantiveram um saudável convívio com os reis de Benin até cerca de 1660, mas, com

menos intensidade, desde 1540. Os holandeses, então, substituíram os portugueses, assumindo a condição de grandes parceiros comerciais. A partir da segunda metade do século XVIII, franceses, ingleses, holandeses e portugueses, todos negociavam em Gwato. Subseqüentemente, as atividades dos ingleses superaram aos demais.

Em 1897 julgavam que a arte de Benin teria sido influenciada pela cultura portuguesa. Uma vez que muitos dos trabalhos em bronze retratavam portugueses, foi fácil pensar que o povo de Benin havia deles aprendido a arte de fundir o bronze. Tal presunção, entretanto, não foi longe. Seria pouco provável que uma escola de arte em bronze, com produções sem similar em qualquer outro lugar, pudesse se desenvolver, em tão curto espaço de tempo, ao ponto de haverem os artistas de Benin ter podido reproduzir, com precisão, a vida dos povos que geraram tal arte. Ainda mais, existe forte tradição local a informar que o povo de Benin teria aprendido a arte de trabalhar artisticamente o bronze com a gente de Ifé, uma cidade a cerca de 176 quilômetros a noroeste da cidade de Benin, na Iorubalândia. A maioria das peças de valor artístico da arte de Benin ficava, como ainda hoje ocorre, em mãos de irmandades.

Com as mudanças permanentes que ocorrem na imagem da África, parece não estar distante o dia em que o Ocidente prestará a devida homenagem e reconhecimento às contribuições prestadas pelos povos daquele continente à civilização ocidental.

V



Nenhum nome ou título real de uma mulher da Antiguidade é mais familiar entre sábios e leigos do Ocidente do que o da rainha de Sabá. Narrativas que relatam sua visita ao rei Salomão são, indubitavelmente, mais conhecidas do que a infeliz aventura de Jezebel na corte da Arábia; ou a agitada visita da rainha Hatsépsu a Punt. Nem mesmo os rumorosos casos românticos entre Aspásia e Péricles, ou Teodorsa e Justiniano, ou mesmo, Cleópatra e Marco Antônio, alcançaram tamanha notoriedade.

Mas, quem foi a Rainha de Sabá e onde se situava o reino onde ela imperava? Historiadores medievais e antigos nunca conseguiram chegar a uma resposta comum para essa questão. Há certa tendência universal para considerá-la como uma rainha etíope de nome Maqueda. Assim, seu território seria o da velha Etiópia.

Por outro lado, na antiga Palestina e na medieval Arábia acreditavam-se que a renomada rainha de Sabá fora uma antiga monarca árabe de nome Belquis e que o reino iemenita de Himiar teria sido seu ancestral domínio.

A maioria dessas tradições é de origem rabínica, ou árabe, e datam, quase todas, da Idade Média. Todavia, foi apenas muito após o tempo medieval que essas narrativas tornaram-se amplamente difundidas entre estudiosos do Ocidente.

Em meio aos árabes as mais antigas referências à rainha de Sabá encontram-se na curiosa passagem do capítulo 27 do Corão, no qual o profeta Maomé reporta-se à correspondência e parentesco existente entre o rei Salomão e a "rainha de Sabá" — comunicação e familiaridade que não colocam o rei hebreu sob um ângulo favorável. Também de particular importância, cronologicamente, a próxima referência está em **Os Anais**, obra do grande historiador árabe, Mohammed Al Tabari (838 a 926 d.C.), que fala amplamente do vínculo entre Sabá e Salomão, mas, como sublinhou Chrishton: "com muito

de fascínio e fausto, dando mais a impressão de ser um conto de fadas, ao invés de séria narrativa histórica".

A terceira tradição está tanto no Novo, quanto no Velho Testamento e, naturalmente, é muito mais conhecida do que as anteriores, mas, da mesma forma, mais contribuíram para aumentar as dúvidas a respeito da identidade da rainha de Sabá e à localização geográfica de seu reino, do que para esclarecer. No que concerne à história tradicional etíope, quanto à visitante real do monarca hebreu, pode-se inferir que foram, mais ou menos, casados, já que a narrativa bíblica tem como característica a falta de precisão. A rainha Maqueda, a quem os etíopes identificam como o personagem bíblico rainha de Sabá, viveu e teve seu reino onde estão geograficamente as fronteiras do que hoje é a República da Etiópia. A fonte primária etíope de informação sobre a carreira da rainha Maqueda é o *Kebrä Nagast*, ou A Glória do Rei dos Reis, que se constitui em *magnum opus* (obra maior) das tradições históricas etíopes e que alcançou, naquele país, um grau de reverência somente superado pela Bíblia. Nesse magnífico repositório da tradição estão preservados alguns particulares muito importantes sobre a dinastia à qual a rainha Maqueda pertenceu. De considerável significado é que esses particulares e detalhes são singularmente livres de óbvios eventos ficcionais e fabulosas invenções como as que se encontram, com freqüência, nas tradições passadas, especialmente pelos rabinos e escritores árabes medievais, para a Bíblia, sobre a famosa visitante do rei Salomão. Em outras palavras, na versão etíope da rainha Maqueda muitos dos detalhes e particularidades transportam consigo o halo da verdade.



Vamos a seguir traçar a história da rainha Maqueda como veio até nós através da, aparentemente, mais conclusiva tradição etíope. A dinastia à qual Maqueda pertenceu, de acordo com essa tradição, teria, pode-se estimar, se estabelecido na Etiópia em torno ao ano 1370 a.C. Seu fundador seria Za Besi Angabo que substituiu o último representante de uma antiga dinastia conhecida como a linha real de Arwe, e que, supõem modernos mestres, teria origem estrangeira. A região ou país de onde poderiam ter migrado é desconhecida, mas, como existem relatos de que eles "adoravam a serpente", passou-se a

crer na possibilidade de haverem vindo do Egito, onde a serpente era representada como símbolo, tanto de sabedoria, quanto de autoridade real. E existem elementos cogentes que evidenciam haverem certos governantes da grandiosa 18ª Dinastia do Egito, ou seus vassallos, administrado parte da Etiópia durante os séculos XVI e XV a.C.

A dinastia criada por Za Besi Angabo parece haver mantido o poder por período não inferior a 350 anos, durante o qual o número de reis é desconhecido e o nome de apenas alguns conseguiu ser guardado. Os derradeiros dois foram o avô e o pai da rainha Maqueda. O avô chamava-se Za Sebado, que teria reinado entre 1076 e 1026 a.C. Sua esposa e rainha chamava-se Ceres e tiveram apenas uma filha, chamada Ismenic-Kallipyge, também conhecida como Shehirstany, significando "criança do país das cidades". Essa filha casou com um príncipe chamado Kawnasya, que era o primeiro-ministro de Za Sebado. Quando este morreu seu genro Kawnasya tornou-se o rei, ocupando o trono entre 1026 e 1005 a.C. Ele e sua esposa, a rainha Ismenie, tiveram dois filhos. O primeiro, homem. Veio a chamar-se Noural Rouz cujo nome significava a luz do dia. O segundo, mulher. Foi chamada de Maqueda, que teria nascido em 1020 a.C. O herdeiro, ainda infante, teria sido deixado cair, acidentalmente, no fogo, vindo a morrer. A jovem princesa Maqueda também teria se acidentado: um cachorro doméstico ou um chacal teria mordido um de seus pés ou perna. Isto deixou algumas cicatrizes, que não chegaram a afetar seu andar. O ferimento teria sido a origem de uma narrativa posterior dos muçulmanos dizendo que ela tinha os pés disformes, aparentando os cascos de um asno.

Quando seu pai morreu, por volta de 1005, a.C., Maqueda ascendeu ao trono. A jovem rainha — diz a tradição — era muito bela de rosto; sua estatura imponente; sua inteligência e compreensão notáveis.

Entre as grandes princesas mercadoras de então, havia uma chamada Tamarin, que tinha como seu cliente, também, o rei Salomão, de Jerusalém, para quem ela teria viajado, a fim de proceder a entrega de um grande lote de produtos naturais etíopes, como "ouro vermelho, safiras e madeira negra (ébano), que era imune ao cupim". Durante sua

estada em Jerusalém, nessa ocasião, Tamarin "impressionou-se sobremodo com a inteligência de Salomão e a maneira como reinava e administrava seu domínio".

De volta à Etiópia, a princesa mercadora ofereceu à sua rainha um detalhado relato de todas as maravilhas que testemunhou durante sua estada em Jerusalém, especialmente a sabedoria e outros dons do rei hebreu. "Quanto mais ela ouvia de Tamarin, mais maravilhada se mostrava, a tal ponto que Deus plantou em seu coração o desejo de visitar Jerusalém, a fim de encontrar o maravilhoso homem e, mais que tudo, absorver um pouco de sua sabedoria". "Maqueda fez de Tamarin o comandante de uma caravana, à qual ela integraria, fazendo-o com grande pompa e majestade, levando consigo uma enorme equipagem".

Quando Maqueda chegou a Jerusalém, Salomão saudou-a cordialmente e hospedou-a num palácio. Ele sentiu grande prazer na companhia de Maqueda, o mesmo ocorrendo com ela, que ficou embevecida pela "cortesia de atitude, sabedoria e modo de julgar; a suavidade de sua voz e a eloqüência do discurso". Religião foi um dos principais tópicos, e quando Salomão explicou-lhe sobre "o poder e a força de um verdadeiro Deus, e Deus de Israel, o criador do Céu e da Terra... isto calou profundamente em seu coração... e a rainha abandonou a adoração ao Sol e tornou-se seguidora do Deus verdadeiro, o Deus de Israel.

Após Maqueda haver passado seis meses em Jerusalém, ela informou ao rei Salomão de que seus deveres a impeliam voltar para casa, o que fez Salomão sentir-se perturbado, uma vez que ele não se sentia compelido a viajar com sua encantadora visitante. Por isto, propôs a questão de seu casamento com Maqueda. Ele teria sugerido à rainha que ficasse por outro período, de forma que ela pudesse "completar sua instrução e saber". A rainha Maqueda, em sua inocência, aceitou o convite como verdadeiro, mas, com o passar do tempo, descobriu que as intenções de Salomão não eram das mais honestas como ela pensara. Apesar de sua sabedoria, Salomão, nas palavras de um escritor bíblico, portava-se como "alguém cujo coração não se mostrava perfeito face ao Senhor" (I, Reis, 11.14). Ou, como observa um moderno comentarista "sua sabedoria não lhe podia ensinar auto-controle". A virgem rainha fez o que pode para conservar-se assim, mas suas

resistências, ao fim, provaram sem efeito contra os caprichos e ardis do mais sábio e esperto dos homens.

Logo após tão inesperada, quanto nova, experiência, Maqueda pediu a Salomão lhe fosse permitido partir. O rei, depois de brindar-lhe com muitos presentes — inclusive um anel para seu filho que Maqueda geraria — consentiu na partida. Assim, a rainha seguiu seu caminho. Quando chegou a Bala Zadisareya, uma vila nos arredores do reino, as dores do parto tornaram-se insuportáveis e ela deu a luz a um filho varão a quem chamou Ebna Hakim, significando filho do homem sábio. “Quando, após seu confinamento, a rainha adentrou sua cidade natal, foi saudada com grande júbilo, pompa e cerimônia”.

O Kebra Nagst relata que, após a volta de Maqueda a Asab, o reino continuou a crescer e se renovou sob sua inspirada administração. O filho, Ebna Hakim, com o passar dos anos, foi se assemelhando cada vez mais ao pai. Quando o príncipe atingiu 22 anos de idade, sua mãe, mantendo a promessa que havia feito a Salomão, pouco antes de deixar Jerusalém, mandou-o visitar seu pai. Salomão, que se rejubilou em ver seu belo e nobre filho, sentiu, desde logo, o contraste em sua corte: Salomão, tinha como único herdeiro varão, o imprestável Roboão, de quem se escreveu: "se lhe sobrava tolice, faltando inteligência". Salomão empenhou-se ao máximo para que Eban Hakim permanecesse em Jerusalém, com a intenção de torná-lo seu sucessor, mas o príncipe insistiu em retornar para seu país. Impotente em mudar a decisão do filho etíope, Salomão ordenou que tudo fosse feito para que Ebna empreendesse uma boa viagem de volta.

Logo após haver chegado à Jerusalém o jovem príncipe contou a seu pai o desejo materno de incentivar a prática da religião de Israel em seu reino. Satisfeito com a decisão de Maqueda, Salomão resolveu enviar, junto com o príncipe Ebna, vários missionários hebreus, para ajudar no esforço religioso na Etiópia. Salomão pediu que cada um dos conselheiros da corte escolhesse um dentre seus filhos para tão nobre propósito. Nem todos os escolhidos mostraram-se satisfeitos com a possibilidade de terem de deixar Jerusalém em troca da Etiópia. Entendiam que, abandonando sua terra, não mais estariam sob a proteção assegurada por Jeová aos seus ancestrais, por intermédio de Moisés, no Monte Sinai. Proteção registrada na tábua das leis, guardada na arca do templo sagrado,

no monte Moriah. Azarias, o filho do supremo sacerdote Zadak e um dos escolhidos para marchar à Etiópia, teve a idéia de levar consigo a arca contendo a tábua, além de outras relíquias sagradas.

Assim, uma noite antes do amanhecer da grande partida, Azarias e seus companheiros retiraram a arca de seu santuário e a esconderam num dos carros que continham as bagagens. Naquela manhã os objetos sagrados da fé hebraica iniciaram a jornada para seu novo sacrário, na longínqua Etiópia. Muitos dias depois, quando o supremo sacerdote Zadak descobriu o que havia ocorrido, ele e o rei Salomão ordenaram que os soldados perseguissem a caravana e recuperassem as relíquias sagradas. Mas, de acordo com a tradição, Deus, ele próprio, confundiu os perseguidores, milagrosamente empurrando a caravana com tal rapidez que os soldados judeus não a puderam jamais alcançar.

Nenhuma das narrativas tradicionais que resistiram ao tempo diz da forma como a rainha Maqueda e seu filho reagiram ao saberem do roubo. De qualquer forma, a tradição indica, com clareza, que Azarias e seus companheiros estabeleceram-se na Etiópia e, com o apoio real, deram andamento, com sucesso, ao projeto missionário para o qual haviam sido enviados. Casando-se com mulheres do local, geraram filhos educados segundo os preceitos da religião hebraica. Teriam surgido, assim, aqueles conhecidos como os falashas, ou judeus negros, que se constituíram, da Antiguidade até nossos dias, em importante parcela da população etíope.

A rainha Maqueda, de acordo com a tradição, teria vivido alguns anos mais, após o retorno Eban Akim de Jerusalém. Quando morreu, por volta de 955 a.C., foi sucedida por seu filho, que escolheu como seu nome real Menilek I. A tradição acrescenta que a rainha foi enterrada, não em Azab, no sul, mas em Axum, ao norte, e que, durante o reinado de Menilek, essa cidade se constituiu em sede do reino.

Embora a rainha Maqueda, durante sua vida, tivesse mantido residência nas vizinhanças de Axum, situada na bela e fresca região das montanhas, ao norte do reino, a sede de seu governo teria sido no extremo sul das praias africanas do mar Vermelho. O nome do distrito é lembrado de forma diversa, ou como Azab ou Asabe ou Saba, que

significa em língua etíope, daquele tempo, terras do sul. Sheba tem sido considerada, tanto como uma variante do mesmo nome, ou uma designação específica de parte do mesmo distrito ou região vizinha. Naquele tempo a sede do governo ou a capital teriam sido conhecidas com o mesmo nome ou nomes. É interessante saber que, na parte sul daquela região, existe hoje uma cidade com porto marítimo conhecida como Assab, e que James Bruce, escrevendo 200 anos atrás, narrou que à curta distância para o interior dessa cidade ainda se podem encontrar majestosas ruínas que representam o que fora, obviamente, o restos de magníficos edifícios que ali estiveram um dia. E, 1939 o veterano explorador austríaco Byron de Prorok Kuhn descobriu, no que agora é um deserto sem habitantes fixos, na região da antiga Somália francesa, menos de 160 quilômetros para o sul, notável aglomerado de ruínas de edificações e antigas tumbas às quais ele, em critério de tentativa, datou como coincidente com a época em que a rainha de Sabá teria vivido.

À luz de fatos agora disponíveis não se torna fantasioso assegurar que as ruínas relatadas por Bruce e de Prorok Kuhn muito bem podem ser os restos de civilizações que teriam florescido nos distritos de Azab ou Asab, quando a rainha Maqueda e os membros de sua corte eram os senhores "das terras do Sul".

Uma das principais peças externas de evidência em favor dos etíopes — e dos mestres europeus que a eles se alinhavam — é a referência contida no Novo Testamento, na qual a famosa visitante do rei Salomão é especificamente chamada de "rainha do Sul". Neste contexto é assinalado em o Livro de Axum, que é superado, apenas, pelo Kebra Nagast, como fonte autêntica das tradições etíopes, e que foi escrito em antigo Ge'ez ou etiópico —, que a capital do reino de Maqueda situava-se no distrito de Azeba, significando, como já foi antes assinalado, País do Sul. E, ainda outra vez, em passagem do Novo Testamento, na qual a visitante de Salomão é mencionada com a expressão "rainha do Sul", é reproduzida na língua tigrinya como Eteye Azeb — que significa "governante do Sul". É impossível que tais expressões houvessem sido inventadas, como alguns teriam sugerido, mais recentemente, por espertos monges etíopes, a fim de tornar as tradições etíopes em duplicatas de referências do Novo Testamento.

Uma segunda fonte de testemunho externo em favor da tese dos etíopes é que todos os produtos que — indicados no Antigo Testamento como levados pela rainha de Sabá, como presente a Salomão, ou seja: "uma grande quantidade de temperos", "muito ouro e pedras preciosas" — eram não apenas naturais do reino de Maqueda mas, em comparação com outros países, os possuía em muito maior quantidade.

Dentro de seus próprios domínios haviam ricos campos de ouro, especialmente na região de Fazoli e, como trabalhos antigos revelaram, no distrito de Karen ao norte e na área de Edola no sul. No reino vizinho de Cuche existia uma rica província de ouro chamada Wawat, nas bacias do Wadies Allaqui, e Cagbaba na região desértica entre o baixo vale do Nilo e o mar Vermelho. Não menos ricas eram as províncias auríferas da região do Nilo situada entre a segunda e a terceira cataratas. E, verdade ou não, deve ser mencionado, de passagem, a existência de antiga tradição, como assinalou James Bruce, muitos anos atrás, segundo a qual as minas de ouro de Sofala, no longínquo sul, eram parte dos domínios da rainha de Sabá. Evidências históricas e arqueológicas parecem indicar haver sido dessas antigas regiões, produtoras de ouro dos cuchitas e dos etíopes, bem como dos distantes distritos auríferos de Sofola, que as civilizações clássicas do antigo Ocidente teriam conseguido grande parte de sua riqueza".
